



Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e oito minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pela Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

A Sra. Vereadora Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU) esteve presente em substituição do Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

O Sr. Vereador Domingos Moreira Semedo (PS) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 6.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

### Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
- 1. Projeto da Ata n.º 08/2023 - Reunião ordinária de 05 de abril de 2023**
  - 2. Deliberação n.º 858/2023 – Proposta n.º 40/2023 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas - Setúbal 2023**
  - 3. Deliberação n.º 859/2023 – Proposta n.º 41/2023 – GAP – Fornecimento de Energia Eléctrica, para o biénio 2024-2025 - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**
  - 4. Deliberação n.º 860/2023 – Proposta n.º 42/2023 – GAP – Contratação de apólices de seguros para os ramos de Acidentes de Trabalho, Frota Automóvel, Multirriscos Patrimoniais, Responsabilidade Civil e Responsabilidade Ambiental, para o biénio 2024 – 2025 - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**
  - 5. Deliberação n.º 861/2023 – Proposta n.º 43/2023 – GAP – Contratação de Solução de Comunicações de voz e dados, para o biénio 2024 – 2025 -**

5

- Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**
6. **Deliberação n.º 862/2023 – Proposta n.º 44/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do “Relatório de Fatores Críticos para a Decisão” da Avaliação Ambiental Estratégica para avaliação das opções com vista ao aumento da capacidade aeroportuária da Região de Lisboa - Ratificação**
  7. **Deliberação n.º 863/2023 – Proposta n.º 398/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 17/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em edifícios municipais, pelo período de 36 meses - Abertura**
  8. **Deliberação n.º 864/2023 – Proposta n.º 401/2023 – DAF/DICOR – Procedimento de Abertura da Contratação de Empréstimo de Médio/Longo prazo - Investimentos Municipais 2024 – Adjudicação**
  9. **Deliberação n.º 865/2023 – Proposta n.º 402/2023 – DAF/DICOR – Projeto Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Setúbal – 2024**
  10. **Deliberação n.º 866/2023 – Proposta n.º 403/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão e ónus de inalienabilidade do prédio sito na Av. Bento Jesus Caraça, n.º 71 - R/C D, Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
  11. **Deliberação n.º 867/2023 – Proposta n.º 404/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Desafetação do domínio público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 4,69 m<sup>2</sup>, sita na Rua General Daniel de Sousa, União de Freguesias de Setúbal**
  12. **Deliberação n.º 868/2023 – Proposta n.º 405/2023 – DAF/DICONT/SEGEPE – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 22,66 m<sup>2</sup>, sita na Rua das Alcaçarias – Bairro Salgado, em Setúbal**
  13. **Deliberação n.º 869/2023 – Proposta n.º 406/2023 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipal e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
  14. **Deliberação n.º 870/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DASU/DISUR/SEMBEA – Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e o grupo de Investigação Científica “Host-Parasite Interaction” do I3S, Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto**
  15. **Deliberação n.º 871/2023 – Proposta n.º 10/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído**
  16. **Deliberação n.º 872/2023 – Proposta n.º 11/2023 – DASU/GAGIP – Celebração de Protocolo – Protocolo de Cooperação entre S. Energia – Agência Regional de Energia para os Concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete e ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida e Câmara Municipal de Setúbal**
  17. **Deliberação n.º 873/2023 – Proposta n.º 27/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio Financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2022/2023**
  18. **Deliberação n.º 874/2023 – Proposta n.º 28/2023 – DEB/DIAPE – Ação Social Escolar 2023/2024 – Fichas de Apoio/Cadernos de Atividades**
  19. **Deliberação n.º 875/2023 – Proposta n.º 29/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolos de colaboração no âmbito das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico 2023/2024**
  20. **Deliberação n.º 876/2023 – Proposta n.º 30/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo tripartido de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º ciclo do Ensino Básico – EB n.º 1 Areias**

21. **Deliberação n.º 877/2023 – Proposta n.º 31/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo tripartido de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º Ciclo do Ensino Básico – EB Faralhão 1, EB Faralhão 2 e EB Faralhão**
22. **Deliberação n.º 878/2023 – Proposta n.º 399/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 18/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para elaboração do estudo prévio para o conjunto habitacional na Av. da Bela Vista OP – A1/A2, Setúbal – Abertura**
23. **Deliberação n.º 879/2023 – Proposta n.º 400/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 19/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para elaboração do estudo prévio para o conjunto habitacional na Rua das Piteiras OP – A3/A4, Setúbal – Abertura**
24. **Deliberação n.º 880/2023 – Proposta n.º 407/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 21/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde e acompanhamento ambiental relativa à empreitada “requalificação do Bairro da Alameda das Palmeiras, em Setúbal” – Abertura**
25. **Deliberação n.º 881/2023 – Proposta n.º 21/2023 – DOM – Empreitada CP 02/14 – Reformulação do sistema de drenagem e tratamento do Faralhão e Pontes – 2.ª fase, Sistema de Pontes - Libertação da garantia**
26. **Deliberação n.º 882/2023 – Proposta n.º 115/2023 – DCDJ/DICUL – Comemorações dos Centenários de Joana Luísa e Sebastião da Gama. Associação Sebastião da Gama – Apoio financeiro**
27. **Deliberação n.º 883/2023 – Proposta n.º 116/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
28. **Deliberação n.º 884/2023 – Proposta n.º 118/2023 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 2.º trimestre de 2023**
29. **Deliberação n.º 885/2023 – Proposta n.º 119/2023 – DCDJ/DISOC – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal - Apoio financeiro**
30. **Deliberação n.º 886/2023 – Proposta n.º 228/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações de moradia, de garagem, de muro de vedação e construção de piscina - Processo n.º 103/82**
31. **Deliberação n.º 887/2023 – Proposta n.º 229/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização e licenciamento de 3 frações e alteração de fachada - Processo n.º 190/21**
32. **Deliberação n.º 888/2023 – Proposta n.º 230/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, anexo e muro de vedação, com demolição de construção existente - Processo n.º 58/23**
33. **Deliberação n.º 889/2023 – Proposta n.º 231/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e renovação de licença de obras de construção de edificação - Processo n.º 271/06**
34. **Deliberação n.º 890/2023 – Proposta n.º 232/2023 – DURB/DIGU – Obras de construção de oito moradias geminadas e piscinas - Processo n.º 439/22**
35. **Deliberação n.º 891/2023 – Proposta n.º 233/2023 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia para vinculação de parâmetros urbanísticos - Processo n.º 6/23**
36. **Deliberação n.º 892/2023 – Proposta n.º 234/2023 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia para vinculação de parâmetros urbanísticos - Processo n.º 35/23**
37. **Deliberação n.º 893/2023 – Proposta n.º 235/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de PIP para operação de loteamento - Processo n.º 30/22**

38. **Deliberação n.º 894/2023 – Proposta n.º 236/2023 – DURB/DIGU – Operação de loteamento com vista à reconversão urbanística da AUGI n.º 7 - Processo n.º 7/21**
39. **Deliberação n.º 895/2023 – Proposta n.º 237/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de operação de loteamento - Processo n.º 1111/21**
40. **Deliberação n.º 896/2023 – Proposta n.º 238/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 26/22**
41. **Deliberação n.º 897/2023 – Proposta n.º 239/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 110/23**
42. **Deliberação n.º 898/2023 – Proposta n.º 240/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações - Processo n.º 103/22**
43. **Deliberação n.º 899/2023 – Proposta n.º 241/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações - Processo n.º 269/19**
44. **Deliberação n.º 900/2023 – Proposta n.º 242/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação condicionada de projeto de arquitetura – Obras de demolição, alteração e ampliação de um edifício destinado a comércio/serviços e habitação - Processo n.º 127/22**
45. **Deliberação n.º 901/2023 – Proposta n.º 243/2023 – DURB/GAPRU – Informação prévia favorável condicionada sobre viabilidade de demolição do existente e construção de um edifício destinado a estabelecimento hoteleiro - Processo n.º 49/21**
46. **Deliberação n.º 902/2023 – Proposta n.º 244/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de trânsito proibido a viaturas de peso superior a 3,5 toneladas, na Rua Major Magalhães Mexia, exceto RSU**
47. **Deliberação n.º 903/2023 – Proposta n.º 245/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 13/22**
48. **Deliberação n.º 904/2023 – Proposta n.º 02/2023 – GAVPSD – Gestão da Mobilidade em Setúbal - RETIRADA**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), da Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS) e dos departamentos de Administração e Finanças (DAF) e de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 8 a 11;
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH) e de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 12 e 13;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Obras Municipais (DOM), conforme documento anexo registado sob o n.º 14;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 15;

- e) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo emissão de alvarás, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 16 e 17.

## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que queria dar nota de uma situação, que lhes tinha sido reportada por alguns munícipes, de um buraco com alguma dimensão que se encontrava na Avenida Luísa Todi, mesmo em frente às instalações do SEF, que já lá estaria, de facto, havia bastante tempo. Era um local de muito tráfego e de muita passagem, até de bastante turismo e, portanto, importava resolver o quanto antes essa situação.

Também queria questionar a Sra. Vice-Presidente, até porque era um assunto que tinha acompanhado muito de perto. Tinham voltado a receber uma comunicação da mãe de uma aluna que necessitava de transporte especializado para uma escola fora do concelho e gostaria de perceber se havia alguma informação adicional sobre isso, uma vez que a mãe lhes tinha voltado a escrever.

Quería questionar, também, sobre um pedido que tinham feito para colocação de redutores de velocidade na Estrada Nacional 379-1 e que, entretanto, não tinham voltado a ter informação sobre o mesmo.

Alertava para umas imagens que lhes tinham chegado, de falta de limpeza e manutenção na Rua António Inácio Marques da Costa, junto ao Forte de São Filipe.

Tinham sido pedidos de munícipes que lhes tinham sido endereçados e de que ali davam nota, no sentido de poderem ser solucionados.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que tinha duas para colocar. A primeira era perceber que passos tinham sido dados, que medidas tinham sido tomadas no sentido de salvaguardar a posição do Município, tendo em consideração a questão que tinha levantado na anterior reunião da Câmara, sobre o terreno que estava à venda em processo executivo na zona da Várzea e do qual faziam parte 10 por cento da Avenida Paula Costa, uma rotunda, um terço do Parque Urbano da Várzea e a bacia de retenção.

Tendo obtido ali informação, por parte da Sra. Vereadora Rita Carvalho, de que haveria um acordo com os proprietários, no sentido de haver um direito de posse do Município sobre a parte do terreno que era, efetivamente, de utilização pública, não estando esse direito de posse devidamente averbado na Conservatória do Registo Predial, cuja certidão tinha tido oportunidade de entregar aos serviços na anterior reunião da Câmara, queria questionar, efetivamente, quais é que tinham sido os passos tomados e as medidas adotadas, no sentido de salvaguardar os interesses do Município.

Depois, na anterior reunião da Câmara tinham sido confrontados com uma declaração pública do Sr. Presidente da Câmara, uma declaração política relativamente à decisão de cortar ou de não pagar o subsídio de turno dos Bombeiros Sapadores e tinham sido confrontados, também, com a justa manifestação dos trabalhadores. Tinha havido uma reunião entre a Sra. Ministra da Coesão Territorial e o Sr. Presidente da Câmara, o Governo tinha dado um passo para fazer o que podia, que era apresentar a sua disponibilidade para clarificar uma lei que tinha 22 anos - não tinha 6 meses, não tinha 12 anos, tinha 22 anos - e, portanto, importava também questionar se a Câmara Municipal de Setúbal já tinha reunido com todas as estruturas representativas dos trabalhadores, nomeadamente com todos os sindicatos que representavam os bombeiros sapadores, se se tinha limitado à reunião, que tinha sido pública, com o Sindicato Nacional dos Bombeiros profissionais, ou se já tinha reunido com os outros e, tendo reunido ou não tendo reunido, quais tinham sido os passos dados no sentido de, da parte do Município, procurar uma solução para um diferendo que não tinha começado naquele momento, que não decorria exclusivamente da decisão de não pagamento do

subsídio de turno, que já tinha sido, entretanto, suspensa, por via de uma providência cautelar.

Era um problema e um diferendo que se arrastava, pelo menos, desde 2010, com uma greve que já levava 9 meses e, portanto, era um problema muito mais profundo e cuja resolução era, naturalmente, urgente. Por isso, queria questionar se já tinha sido dado algum passo adicional e que não fosse do conhecimento público, no sentido de reunir com todas as estruturas representativas desses trabalhadores e, também, de procurar encontrar soluções, como, por exemplo, ao encontro daquilo que acontecia noutros municípios, como era o caso de Coimbra – tinha sido a Sra. Vice-Presidente que também lhes tinha dado essa informação –, tinha encontrado uma solução, pagando uma compensação adicional sobre uma outra figura que não a do subsídio de disponibilidade, pagando através da figura da prevenção, se a Câmara de Setúbal considerava procurar soluções alternativas que mitigassem aquilo que eram os efeitos da decisão que tinha sido tomada no mês de julho.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que a Câmara Municipal de Setúbal tinha iniciado, a 31 de agosto de 2010, uma operação de desmantelamento e remoção de quatro embarcações antigas na Praia da Saúde, para permitir a requalificação daquela zona, a Praia da Saúde, emblemática para a população de Setúbal nas décadas de 60 e 70, que se tinha transformado em estaleiros navais.

No decurso dessa intervenção, tinham sido desmantelados três barcos, ficando por remover, dizia-se, outras embarcações ou ferragens dos antigos estaleiros, ou seja, ficou por concretizar a limpeza total do espaço. Essa obra iria permitir a requalificação dessa zona, no âmbito do Programa Integrado de Valorização da Zona Ribeirinha de Setúbal, uma obra querida para a cidade e para os setubalenses, com a expectativa criada de devolver aos setubalenses um espaço de lazer e fruição do Rio Sado.

Na Praia da Saúde existia afixado num “*placard*” com o logotipo do Município, que afirmava: “*Zona perigosa - Interdita a prática balnear*”, e, por baixo, em letras pequeninas: “*Existência de objetos perigosos ou cortantes*”, correlacionando ausência de aptidão balnear com a segurança das pessoas. Era de salientar que se tratava de um local de uma beleza natural ímpar, cada vez mais procurado por veraneantes para usufruírem do sol e da beleza do nosso rio.

Naquela semana, a Praia da Saúde, que ainda continha a placa de interdição à prática balnear e os postes de sinalização dos pedregulhos e ferros, tinha sido dotada de um cabo com boias em todo o seu comprimento e de um nadador-salvador. Naquele dia, quando lá passou, o nadador-salvador estava a colocar a bandeira amarela.

Essa situação suscitava aos Vereadores do Partido Socialista a necessidade de esclarecimentos de algumas questões específicas: Em primeiro lugar, se existia a instalação de apoio balnear, o posto de vigia do nadador-salvador implicava a ocupação do espaço público, logo, estava sujeito ao licenciamento ou autorização da Câmara Municipal de Setúbal. Perguntavam: Existia concessão ou decisão de licenciamento? Como sabiam, a concessão dependia de concurso. Em segundo lugar, dado o conhecimento de que tinham ficado por remover ferragens dos antigos estaleiros, que colocavam em causa a segurança dos banhistas, se as mesmas já tinham sido removidas, de forma a proteger a integridade biofísica do espaço, assim como a segurança de todos quantos usufruíam desse espaço cada vez mais frequentado. Por último, como se justificava o antagonismo de terem um nadador-salvador e manterem a placa “*Zona perigosa - Interdita a prática balnear*”?

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que responderia a duas questões, uma sobre os terrenos da Várzea, que tinha sido, de facto, uma questão colocada na anterior reunião da Câmara. Estava agendada uma reunião para o dia seguinte com o proprietário, em que seria uma das questões abordadas. Depois poderia dar mais informação do resultado da reunião, relativamente à questão concreta que tinha sido colocada.

Sobre a Praia da Saúde, efetivamente, ela tinha utilização. Não era formalmente praia, como todos sabiam, não tinha essa classificação formal, e tinha, efetivamente, os resíduos ou as

questões de segurança por resolver. O que a Câmara estava a fazer, naquele momento, era a identificação das situações que deviam ser protegidas, salvaguardadas, ou da zona que não podia ser utilizada e, portanto, a colocação das boias, que salvaguardava que, para lá desse local, não havia uma utilização.

Do ponto de vista formal, a questão da classificação de praia sofria determinados procedimentos e, portanto, só ao fim, entre outras matérias, ao fim de 3 anos de análises das águas e das condições das águas e da integração num plano municipal de ordenamento do território. Naquele caso, seria no PDM em revisão, portanto, só após publicação do PDM em revisão é que junto da APA seria possível fazer o caminho da classificação das praias. Portanto, até àquele momento, tinham sido implementadas medidas que garantiam a utilização daquele espaço e a segurança daquele espaço, considerando que ele, apesar de, formalmente, não ser praia, era utilizado enquanto tal.

**Sra. Vice-Presidente** – Perguntou se a senhora Vereadora tinha alguma informação sobre a questão dos redutores de velocidade, para poderem responder.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que não tinha de memória. Se calhar, o que pedia era que solicitasse. Se a senhora Vereadora tinha enviado um requerimento iria procurá-lo e, depois, daria informação.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a sua intervenção tinha a ver com uma pequena nota, embora não fosse ainda o momento para fazer um balanço final, até porque ainda, naquele momento, aconteciam trabalhos conducentes ao evento. Era uma intervenção que tinha a ver com a Feira de Sant'ago, que tinha terminado no domingo anterior. Tinha terminado no passado domingo a Feira de Sant'ago e não podiam deixar, enquanto executivo municipal, de partilhar a satisfação com que, uma vez mais, um evento que era tão manifestamente importante e tão relevante, expressão cultural, social do Município, do território, diria, mesmo, do distrito, e, também, do país.

Sabiam bem que a Feira de Sant'ago era sempre um evento que levantava, enfim, muitas emoções, mais conversas, por vezes, enfim, também algumas peripécias engraçadas, mas, acima de tudo, o que importava, naquele momento, salientar, eram duas ou três coisas que lhes pareciam importantes. A primeira como uma grande realização concretizada pela Câmara Municipal e, quando falava da Câmara Municipal, falava, objetivamente, de todos os serviços da Câmara Municipal, que, sem exceção, concorriam, durante meses, para o sucesso do evento.

Portanto, queria, enquanto Vereador responsável e também em nome do executivo municipal, dali dirigir a todos os trabalhadores da Câmara Municipal o quanto tinham dado de si ao longo dos meses e, em particular, nos dezassete dias da Feira de Sant'ago, um cumprimento particular pelo esforço e pela forma empenhada como tinham concretizado o certame. Depois, à população de Setúbal, porque, por mais que se viessem retrazer ou que se recuperassem saudosismos, sabiam todos que era importante preservarem a memória e era importante valorizarem a identidade, mas era, sobretudo, importante olharem com confiança o futuro e a capacidade de tornarem aquilo que nos era identitário e aquilo que era valor acrescentado para o desenvolvimento da cidade, aquilo que melhor preenchia a qualidade e, sobretudo, aquilo que melhor correspondia às necessidades de um evento dessa natureza.

E, portanto, a sua segunda palavra, em nome do executivo municipal, era para agradecer a todas as pessoas. Sabiam que levantava muita discussão o número, o que era muito curioso, por isso ficava uma nota. A contagem não era uma contagem feita pelos trabalhadores da Câmara Municipal - parecia que levantava sempre muitas reservas, como se a Câmara tivesse algum dividendo em dizer mais mil ou menos mil -, eram contagens feitas pela equipa de segurança, que, nas três entradas da Feira de Sant'ago faziam a contagem e que transmitiam esses números à direção da feira. Só podia questionar se a feira tinha tido ou não tinha tido uma grande adesão. Uma vez mais, era esse o sentido dessa sua segunda palavra, era para agradecer a todos os setubalenses, em particular, a todos os azeitonenses, mas

todos os milhares, centenas de milhares de pessoas que, ao longo desses dezassete dias, tinham visitado a feira. Pensava que, sem prejuízo de questões que, necessariamente, precisavam de ser corrigidas, dali tinham saído satisfeitas, quer com os espetáculos a que tinham podido assistir, quer pela forma e pela liberdade como tinham podido circular, quer, também, por aquilo que puderam de lá retirar, mas, acima de tudo, também por aquilo que era, também, um pouco de cidade que ali se transpirava.

Uma terceira palavra era um agradecimento a todas as entidades da cidade, que, ao longo desse período de feira, também lá tinham estado, com a Câmara Municipal, com os serviços da Câmara Municipal e com tudo o que lá acontecia e que também lá tinham estado, desde os partidos políticos, mas, também, o movimento associativo, entidades empresariais, etc., que, ao longo desses dezassete dias também tinham demonstrado um bocadinho daquilo que era a vitalidade do concelho. Por isso, também não podiam deixar de dar esse agradecimento.

A feira era um evento inacabado, era um evento que, ano após ano, se renovava, se reconfigurava, que procurava encontrar novas soluções e era isso que, desde logo, o executivo municipal procuraria fazer, corrigir o que havia para corrigir, trazer inovação não perdendo identidade, não perdendo aquilo que era característico de uma feira de 400 anos, mas, acima de tudo, valorizar aquele que era o maior evento, cultural, social e desportivo da cidade, do território e que queremos manter assim, mantê-lo, sobretudo, na segurança que não deixava de ser de relevância e determinação fundamental para aquilo que eram as gentes do município.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que, em relação aos buracos identificados na Avenida Luísa Todi, iriam ser reparados rapidamente - estava a falar na questão que tinha sido levantada pela senhora Vereadora do PSD -, era uma coisa que iriam tratar rapidamente. Era a única coisa que tinha para responder das questões que tinham sido colocadas. Rapidamente seria, seguramente, antes do fim do verão. Iriam ver se conseguiam que fosse na semana seguinte ou na outra.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que ainda havia algumas respostas por dar. Relativamente à situação da aluna colocada pela Sra. Vereadora Sónia Martins, que conheciam, infelizmente, arrastava-se havia algum tempo. Tinha tido uma solução no ano anterior, porque a mãe tinha procurado outro tipo de ajuda especializada e tinha conseguido lugar para a sua educanda numa escola do Município de (...), uma escola especializada. O problema, naquele momento, era que a família não conseguia assegurar o transporte da criança.

Tinha reunido com a encarregada de educação na semana anterior e tinham feito um pedido à DGESTE, de informação acerca da questão do transporte, porque tinha saído uma portaria em janeiro, a regular o transporte de crianças com necessidades específicas, e essa portaria dizia que as câmaras municipais tinham de assegurar o transporte dos alunos residentes no concelho. Já faziam isso no ano anterior, faziam dos residentes e, muitas vezes, também dos não residentes, porque o assunto era tratado através dos agrupamentos.

A portaria vinha dizer que tinha de ser exclusivamente dos residentes no concelho e também havia uma preocupação, porque estavam a avaliar como é que faziam, como é que era feito o transporte, por exemplo, de um aluno do Seixal que tinha que frequentar o Agrupamento Sebastião da Gama, visto que era um agrupamento de referência para crianças com dificuldades visuais, por exemplo. Estavam a tentar compreender, mas o caso dessa aluna era um pouco diferente, porque ela estava a frequentar uma entidade privada.

De qualquer maneira, tinham pedido um esclarecimento à DGESTE. Se se verificasse que teria que ser a Câmara Municipal a assegurar o transporte com certeza que iriam assegurar, mas precisavam de saber, porque, no fundo, aquilo que tinham como referência na portaria eram as escolas e os agrupamentos de escolas públicos e não as entidades privadas, como era o caso, sendo certo que essas entidades privadas faziam serviço público, garantiam serviço público a essas crianças que necessitavam de cuidados especiais e sendo certo que aquilo que tinha dito à mãe era que estava completamente de acordo que a criança tinha que

ter assegurado um transporte e que não era correto que os pais tivessem que fazer 120 quilómetros por dia para ir deixar a criança. Portanto, iriam aguardar pelo esclarecimento da DGESTE, a essa matéria, porque também podia acontecer uma outra coisa, que podia ser um reforço de verba para a própria instituição poder assegurar o transporte. Poderia, também, ser essa uma solução.

O diálogo com a mãe estava feito. Infelizmente, tinham muitas situações diferentes nas escolas e tinham de dar resposta a todas elas. Com as novas competências da Câmara ainda mais próximos tinham de estar. Estavam a tentar encontrar soluções, até porque tinham de pensar no superior interesse da criança. Isso era aquilo que os devia mover a todos. De qualquer maneira, comprometia-se, enquanto vereadora, que, quando tivesse alguma resposta a também fazê-la chegar às duas bancadas, porque, realmente, era uma situação delicada.

Em relação à questão que a senhora Vereadora tinha colocado sobre a Rua António Inácio Marques, essa questão já estava nos serviços e iria ser analisada, se bem que essa rua tivesse, também, muitas propriedades privadas e, provavelmente, muitas delas já teriam sido notificadas ou estariam em processo de notificação. Depois, havia a questão das bermas que, essa sim, era responsabilidade do Município. Normalmente, era feita duas vezes por ano. Provavelmente, estaria naquele momento a necessitar de ser feita novamente. Portanto, em relação às questões que a senhora Vereadora tinha colocado, pensava que era isso.

Em relação às questões que o Vereador Joel Marques tinha colocado, sobre a questão dos bombeiros queria dizer que estava marcada ou estava agendada uma reunião para os grupos representados na Câmara serem esclarecidos e ser feito um ponto de situação minucioso em relação à situação dos bombeiros que, como sabiam, era uma situação complexa, tendo em conta toda a legislação que existia. Portanto, pensava que o Sr. Presidente já tinha feito o contacto com os vereadores de cada um dos grupos, para ser agendada uma reunião a partir da data da sua chegada, também um pouco em consonância com as agendas de cada um, porque havia pessoas que estavam ausentes.

De qualquer maneira, não queria deixar de dar algumas explicações que considerava que eram importantes. Como o senhor Vereador tinha dito, efetivamente, tinha sido colocada uma providência cautelar e tinham sido pagos todos os subsídios de turno relativamente ao mês de julho. Portanto, isso tinha sido tudo pago no dia 28 de julho, mais concretamente.

No dia 26 de julho ainda não estava resolvida a questão dos subsídios de turno e tinham reunido com o Governo, especificamente com a Sra. Ministra da Coesão Territorial, com o Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais e com a Sra. Secretária de Estado da Proteção Civil. Tinha reunido o Sr. Presidente da Câmara e tinha-o acompanhado nessa reunião. A questão que o senhor Vereador tinha colocado era uma questão interessante e aquilo que tinha para lhe dizer era que tinha havido um compromisso do Governo em resolver, através de uma alteração à lei, que a ministra tinha apelidado de uma alteração cirúrgica, para se poder resolver o problema.

Nessa reunião não tinham sido apontados outros caminhos, porque os outros caminhos considerava-se que não eram viáveis. Portanto, aquilo que tinha ficado visto na reunião tinha sido que o Governo iria analisar e proceder a uma alteração cirúrgica, que permitisse, confortavelmente, que todos os municípios – quando dizia confortavelmente era legalmente – pudessem fazer o pagamento dos suplementos, quer no que se referia aos subsídios de turno, quer no que se referia às horas extraordinárias.

Entretanto, a Câmara Municipal tinha enviado para o Ministério, também, uma proposta de texto, na tentativa de ajudar. Portanto, naquele momento, estavam a aguardar que a situação pudesse ser atenuada por essa via, porque, como o senhor Vereador sabia e tinha-o dito e bem, a lei já existia havia 22 anos. Tinha sofrido uma alteração em 2018, mas, nessa alteração, não tinha tido a conjugação que deveria ter tido, tanto com a Lei 2008, de carreiras e vínculos, como com a Lei 35, aquela do Trabalho em Funções Públicas, que era vigente para todos os trabalhadores.

Portanto, aquilo que continuavam a defender era a alteração do estatuto. Era isso que achavam que iria resolver ou que era o caminho para se resolver, definitivamente, o

problema. Contudo, a comunicação da senhora ministra tinha sido bem-vinda, porque queriam pagar esses suplementos, queriam pagar essas horas extraordinárias e, naquele momento, estavam de mãos atadas. Uma alteração cirúrgica, como a Ministra tinha dito, à lei, julgavam que poderia ser uma solução imediata, portanto, era isso que estavam a aguardar. Relativamente à outra pergunta, naquela semana, na segunda-feira, tinha-se reunido com o Sindicato de Bombeiros Sapadores, na semana anterior tinha-se reunido com o Sindicato de Bombeiros Profissionais e com o STAL, que eram as entidades sindicais, as organizações sindicais, que tinham associados na Companhia de Bombeiros Sapadores. Como já tinha reunido em junho, estavam a entrar nessa cadência de, mais ou menos, uma vez por mês, estarem a fazer uma reunião e estarem a acompanhar, de parte a parte, os assuntos. Reservava para a reunião privada poder dar, também, mais esclarecimentos, relativamente àquilo que tinha sido o conteúdo das várias reuniões que tinham tido. Portanto, em relação a essa matéria, pensava que, dessa forma, ficariam não tão esclarecidos, se calhar, como desejariam, mas pensava que a próxima reunião seria, então, determinante para, depois, também, efetivamente, poderem dissecar todos os assuntos que, efetivamente, sabiam que eram de uma grande complexidade

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que queria agradecer à Vereadora Sónia a referência que tinha feito à questão da dificuldade de transporte que a família tinha vindo a sentir, no caso da aluna referida. Também tinham recebido o e-mail e queria saudar aquilo que lhe tinha parecido ser uma atitude pró-ativa. Iriam ficar na expectativa, então, da resposta que viesse e que lhes faria chegar. Tinha-lhes parecido, pelas suas palavras, que estavam todos atentos, particularmente o pelouro, procurando, através de pró-atividade, resolver os problemas de todos, naquele caso, de todas e da aluna, em particular.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que era para colocar uma questão e tecer um breve comentário. A questão prendia-se com a resposta da Sra. Vereadora Rita Carvalho às questões elencadas pela Sra. Vereadora Patrícia Paz, no que respeitava à presença de um nadador-salvador, do mastro com a bandeira que indicava as condições da água, da torre de vigia e, portanto, não tinham ficado esclarecidos sobre a questão que tinha sido colocada. Acreditava que, por lapso, a senhora Vereadora não tinha respondido e não tinham ficado esclarecidos do porquê de terem, em simultâneo, uma placa que indicava que aquela praia não estava apta à prática balnear e, simultaneamente, terem um nadador-salvador. Queria questionar, também, se o nadador-salvador era alguém contratado pelo Município, se a torre tinha sido colocada pelo Município, o mastro também, ou se o nadador-salvador desempenhava funções a expensas de alguma entidade privada e, se fosse a expensas de alguma entidade privada, em que circunstâncias é que isso ocorria, na medida em que não tinha conhecimento de nenhum processo de licenciamento e, muito menos, de concessão, até porque a concessão, como, pouco antes e bem, a Vereadora Patrícia Paz tinha dito, a concessão obrigaria sempre a um concurso e não tinha ocorrido, tanto quanto soubesse, nenhum concurso para a concessão de apoio balnear.

Depois, um comentário que não podia deixar de fazer, relativamente ao entusiasmo com que o Sr. Vereador Pedro Pina ali tinha falado sobre a Feira de Sant'ago e sobre aquilo que tinha sido a afluência e o caminho que tinha sido percorrido. Infelizmente, não tinha uma opinião tão favorável nem tão entusiasmada como o senhor Vereador, até porque tinha ido à feira diversas vezes e tinha ido à feira em dias de muita adesão, muito afluxo de pessoas, mesmo em dias de semana, não, necessariamente, ao fim de semana e tinha ido à feira em dias em que o espaço parecia estar praticamente abandonado à sua sorte, com pouquíssimas pessoas a circular, com quase ninguém a assistir aos concertos nem a circular pela feira.

Na verdade, isso acabava por ser o reflexo do caminho que a feira tinha indo percorrendo nos últimos anos. Diria que, enfim, salvaguardando a necessidade de terem todos que fazer uma reflexão mais aprofundada sobre a feira e nomeadamente sobre a edição deste ano, diria que tinham deixado de ter uma feira que tinha animação cultural, nomeadamente através de concertos, para passarem a ter um festival que tinha algumas atividades económicas

agregadas e alguns pavilhões institucionais e essa uma inversão que decorria daquilo que tinha sido o caminho que tinha indo sendo percorrido, não só de deslocalização - e a questão da deslocalização já tinha sido mais do que debatida -, mas decorria, também, da forma como a Feira de Sant'ago tinha acabado por, a pouco e pouco, ir perdendo uma parte significativa da sua identidade e daquilo que a caracterizava.

Portanto, sem que tal impedisse uma análise mais aprofundada, que teria, necessariamente, que ser feita mais à frente, porque, naquele momento, apesar de a feira já estar encerrada, talvez ainda não estivessem recolhidos todos os dados necessários, tinha registado, também, o grande entusiasmo com que algumas pessoas, à entrada da feira, marcavam, num contador, o número de pessoas que entravam, mesmo sem olharem para a entrada. Portanto, tinha chegado a temer que houvesse o risco de alguma tendinite, porque havia, efetivamente, entusiasmo na marcação de entradas. Os números dos visitantes das feiras e dessas atividades eram quase como os números de adesões às greves. Depois, havia leituras para todos os gostos.

Não era isso que iam fazer naquele momento, mas, sem prejuízo, de mais à frente, fazerem uma análise mais aprofundada sobre aquilo que tinha sido a Feira de Sant'ago, particularmente este ano, e aquilo que entendiam que devia ser a Feira de Sant'ago, queria deixar essa nota, de que, efetivamente, para quem tinha visitado a feira - e sabia que o Sr. Vereador Pedro Pina a tinha visitado, senão todos os dias, praticamente todos os dias, porque o tinha visto a ele lá muitas das vezes em que lá tinha estado, também -, efetivamente, não era possível acompanhar o seu entusiasmo quanto ao sucesso desse certame.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que, respondendo às questões que tinham sido colocadas ou tentando clarificar de melhor forma as questões que tinham sido colocadas pela bancada do PS relativamente à Praia da Saúde. Aquela praia não era, formalmente, praia e tinha-o dito. Portanto, a indicação tinha de ser naqueles pressupostos, porque, de facto, havia risco de utilização e era interdita a banhos. Claro que sabiam que as pessoas a utilizavam.

Ainda assim, estavam, junto da APA e da Capitania do Porto de Setúbal, a tentar encontrar uma redação para uma nova placa, que não criasse essa ambiguidade na interpretação. Essa ação, valia a pena dizer, tinha sido, de alguma forma, muito articulada, com uma grande proximidade, com a capitania e com a APA, a ação, tanto dos nadadores-salvadores como da colocação das boias que restringiam a possibilidade de passagem para a área onde estavam identificados, de facto, os resíduos da atividade naval.

Sobre a questão da concessão do apoio de praia, não havia nenhuma concessão. Havia uma concessão de um quiosque nos termos da ocupação da via pública, o quiosque que todos conheciam, que era o Rockalot. Os nadadores-salvadores tinham sido uma iniciativa do próprio Rockalot, que tinha proposto à Câmara ele próprio, durante aquele mês e metade do mês de setembro, garantir os nadadores-salvadores naquele território.

Relativamente à questão da Estrada Nacional 379-1, que a Vereadora Sónia Martins tinha colocado, não tinha, de facto, ainda a resposta, mas a Estrada Nacional 379-1 estava na competência da jurisdição do IP e, portanto, a intervenção, qualquer que fosse, naquela estrada, estava sujeita a parecer.

Inclusivamente, recentemente, tinham recebido um indeferimento de um pedido que tinham feito, para colocação de uma rotunda no nó mais problemático, que tinha sido indeferido, porquanto não cumpria os critérios de segurança da colocação dessa rotunda e, provavelmente, as lombas teriam a mesma problemática, de não estarem garantidas as questões de segurança, segundo o critério que a IP - Infraestruturas de Portugal, aplicava para as estradas nacionais.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que estavam num interlúdio de férias e alguns dos eleitos que comumente costumavam ali estar estavam ausentes. Portanto, também achava que mandava o bom princípio de que tivessem alguma serenidade no combate político,

independentemente daquilo que era a opinião de cada uma das bancadas e de cada um dos vereadores.

De facto, ficava atónito ao ouvir o Vereador Joel Marques. Era, de facto, absolutamente extraordinário, porque, ou não tinha ido à mesma feira a que ele tinha ido, ou, então, tinha tido o mesmo problema de torcicolo que os senhores que tinha acabado de descrever, à entrada de cada uma das entradas do Parque de Sant'ago. Mas, mais do que isso, até parecia que o senhor Vereador fazia gáudio de demonstrar o conhecimento aprofundado sobre as matérias que ali se discutiam e queria sempre fazer uma grande demonstração de conhecimento dos "dossiers" que ali se abordavam.

A única coisa que podia fazer era recomendar ao senhor Vereador que fosse ver e fosse reler o programa da Feira de Sant'ago. Que fizesse esse favor quando falava que a Feira de Sant'ago era um aglutinado, era um conjunto de concertos como se fosse um festival e que fosse rigoroso e não dissesse aquilo que estava a dizer de uma forma gratuita, só porque queria dali retirar os dividendos políticos, que, infelizmente, tantas vezes, o Partido Socialista e o senhor Vereador, em particular, muitas vezes ali queriam fazer e que fossem unânimes que, independentemente do entusiasmo que cada um pudesse ter, e isso era legítimo, e das opiniões que cada um pudesse ter, o que também era legítimo, e das perspetivas que pudesse ter e da estratégia que pudesse ter, o que também era legítimo, mas que não dissesse inverdades e que não dissesse coisas que não eram rigorosas.

Portanto, fazia-lhe o seguinte desafio: O senhor Vereador que fosse ler o programa com atenção e fosse ver, por exemplo, o que tinha acontecido no Palco Encontros e que perguntasse a todos aqueles que por lá tinham passado - que tinham sido, exclusivamente, artistas só da cidade de Setúbal -, que tinha sido um trabalho absolutamente extraordinário com a Divisão de Juventude, pessoas que nunca tinham ido à feira, outras que tinham voltado à feira mais de duas décadas depois, e um trabalho, objetivamente, de querer valorizar esse espaço, também, como um espaço de encontros e de reencontros.

Tinha começado por dizer que, quanto a um evento como a feira e essa particularidade de querer sempre assacar como uma perspetiva negativista que tudo aquilo que se fizesse nunca correria bem, na sua perspetiva, o exercício que devia fazer era olhar para as manifestações dessa natureza, um pouco pelo país, e deixasse de pretender que isso era um problema de eventos da natureza da Feira de Sant'ago e da sua identidade.

O senhor Vereador queria que voltassem ao século XVII? No século XVII não se faziam concertos. O que é que era identidade da Feira de Sant'ago, uma feira de 400 anos? O senhor Vereador que explicasse. Era a sua contemporaneidade? Era a modernidade? Era o quê? O senhor Vereador tinha de explicar, do ponto de vista sociológico ou histórico o que é que era a identidade de um evento dessa natureza.

Para lhe sincero, mais do que a identidade ou do que a natureza o que o preocupava era o futuro. O que é que a feira poderia ser? Como é que se tornaria mais atrativa? Deixava-lhe duas notas que achava que eram interessantes para a análise: Públicos novos que tinham ido à feira. O senhor Vereador, se calhar, não tinha ficado satisfeito com o concerto de abertura da Feira de Sant'ago, em que, se calhar, estavam duas mil pessoas. Até lhe podia dizer que o número do primeiro dia da feira tinha sido um número dos mais baixos do primeiro dia da feira, segundo a contabilização que tinham.

A feira deste ano tinha aberto com o Conservatório Regional de Setúbal. Se calhar, o senhor Vereador tinha ficado desagradado, queria ter lá um concerto para ter lá 10 mil pessoas, mas tinha sido a opção que tinham feito, levar uma instituição da cidade, levar pais que, se calhar, nunca tinham ido à Feira de Santiago, levar jovens que nunca tinham ido à Feira de Sant'ago. Tinham sido opções, opções que valorizavam. Levar uma artista que, se calhar, era da cidade e que, se calhar, nesse dia, levava menos público, ou levar, por exemplo, escolas de dança, pela primeira vez naquele formato, ao Palco Santiago. Tinham sido opções e tinham-nas feito, com os riscos que tinham. Portanto, era preciso ter alguma cautela quando se faziam afirmações gratuitas de que tinha andado lá e tinha andado às moscas.

Era sincero, achava que tudo o que fosse menos do que 10 mil pessoas era andar às moscas - e isso tinha acontecido em dois dias -, era extraordinária essa análise. Podiam ter

perspetivas diferentes, mas o senhor Vereador gostava sempre de dar essa tônica. O senhor Vereador que fizesse uma proposta, que trouxesse propostas e ideias para a Feira de Sant'ago. O senhor Vereador tinha ido à Feira do Livro e do Disco? Tinha visitado? Tinha gostado? Então, podia valorizar como uma nota importante de que este ano tinha sido um acréscimo de grande adesão, com, absolutamente, livros extraordinários de figuras proeminentes da nossa praça pública e politicamente, até, pensava, muito equidistantes e, por acaso, se calhar, era interessante valorizar que tinha sido uma inovação que se tinha trazido para a Feira de Sant'ago, como muitas coisas que queriam repensar, refazer, fazer de novo. Muitas coisas precisavam de ser feitas.

Mas, com certeza, quando passavam mais de 400 mil pessoas ao longo de 17 dias, não estavam a falar de 5 dias, estavam a falar de 17 dias de feira, que, obviamente, eram oscilantes, havia dias em que havia mais, havia dias em que havia menos.

*(“Estou a desagradá-la, Vereadora Patrícia Paz? Não? Ah, pronto.”)*

Como sabia, até havia um problema que achava que era interessante e que este ano se tinha refletido. Era uma reflexão que fazia. Sabia que tinha havido um problema este ano na feira? As pessoas, efetivamente, tinham mais dificuldades financeiras, tinham muitas dificuldades financeiras e, portanto, efetivamente, sabiam que as pessoas, o funcionário público, as pessoas das entidades privadas, recebiam ao final do mês e, portanto, era ao final do mês que tinham, de facto, alguma capacidade para fazer jus à vontade e ao interesse de poder, também, ir à feira comer a sua fatura, levar o filho ao divertimento, poder estar a fazer mais algumas coisas no espaço que era permitido na feira.

Isso, sim, era um problema dramático que estavam a viver, mas não era um problema de Setúbal, era um problema do país inteiro, a não ser que o senhor Vereador também quisesse dizer que o problema financeiro também era um problema da Feira de Sant'ago. Portanto, achava que podiam sempre refletir, mas a toada, sempre, de querer denegrir o trabalho que tinha sido feito – tinha começado por dizer e voltava a dizer – era um processo absolutamente inacabado. Achava que havia muitas coisas que precisavam de ser reajustadas, melhoradas, valorizadas, introduzir inovação em muitos aspetos da feira e estar sempre disposto a inovar num evento que tinha a particularidade de sofrer as vicissitudes do tempo em que estavam e em que tinha, naturalmente, que saber-se adaptar, também, a novas realidades.

Se quisesse, também poderia trazer a sua reflexão por escrito e, depois, lá estariam para discutir, mas, quando falasse, falasse de uma forma apropriada sobre aquilo que tinha acontecido, sobre aquilo em que, efetivamente, a feira se tinha traduzido e não sentir que não sabia se, efetivamente, era limitado ao “stand” do Partido Socialista. Pensava que não, tinha andado pela feira e, portanto, quem tinha andado pela feira, aliás, até tinha visto coisas muito interessantes. Tinha visto fenómenos muito interessantes, por exemplo, em função dos espetáculos e os sítios onde as pessoas estavam. Portanto, não valia a pena estarem ali a fazer extrapolações de coisas que, se calhar, até para ele próprio, como tinha dito e muito bem, que tinha estado todos os dias na feira, como responsável da feira, só depois, pela informação de muitos dos técnicos que lá estavam, tinha sido possível ter essa perceção, ter esse conhecimento, ter essa realidade, o que tinha acontecido em muitos dos espaços, a adesão que muitos outros tinham tido, outros nem tanto.

O senhor Vereador falava de identidade? Achava que, se calhar, então devia valorizar o que tinha acontecido, por exemplo, no “*Show Cooking*”, que tinha valorizado um espaço que tinha traduzido todo o território de Setúbal, de Azeitão à Gâmbia, das Praias do Sado à União de Freguesias, atraindo sempre centenas de pessoas, dezenas de pessoas, de uma forma muito interessante, através da gastronomia. Era um espaço que, inclusivamente, já tinha assumido que para o ano tinham que, praticamente, não diria duplicar, mas, se calhar, aumentar substantivamente, face à adesão e à procura que tinha tido.

Achava que isso era identidade, achava que era valorização da identidade. Portanto, achava que era preciso, também, às vezes, terem um bocadinho de humildade e dizer: “*Olhe, há coisas que eu gostava de ver ali concretizadas, mas reconheço que, de facto, continua a ser um evento que atrai milhares de pessoas*” - e não caírem na tentação de dizer que não era assim tão bom só porque tinha sido a Câmara Municipal e, em particular, aquele executivo.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que, efetivamente, era preciso terem humildade na forma como abordavam esse e outros assuntos e era uma sugestão que deixava, também, ao Sr. Vereador Pedro Pina, ter um pouco mais de humildade na forma como fazia as suas análises. Gostaria que lhe indicasse, desafiava-o a indicar qual é que tinha sido a inverdade ou a falta de rigor da sua primeira intervenção, porque, efetivamente, o senhor Vereador, na sua intervenção, enfim, tinha querido defender aquilo que tinha sido a edição deste ano. Como tinha tido oportunidade de dizer, tinha tido dias em que, efetivamente, a feira tinha estado muito concorrida, mas outros nem tanto.

Não deixava de ser curioso que o Sr. Vereador Pedro Pina quisesse defender, de uma forma tão acérrima, aquilo que era o modelo atual da feira e aquilo que era a identidade que considerava que a feira tinha e, depois, na mesma intervenção, tivesse dito que, pelo espetáculo inaugural, se tinham levado pais e filhos à feira pela primeira vez, pais e filhos que nunca tinham ido à Feira de Sant'Iago. Tinha sido isso que o senhor Vereador tinha dito e questionava como é que uma feira que tinha 400 anos e que tinha o dinamismo que o senhor Vereador tinha dito que tinha e que tinha uma aceitação crescente, como o senhor Vereador dizia, ainda existissem pais e filhos que, se não tivesse sido aquele espetáculo, não teriam ido à feira.

Diria que era absolutamente incongruente na sua intervenção, mas queria dizer-lhe, também, que ter uma Feira do Livro na Feira de Sant'Iago só podia ser uma inovação se fosse uma inovação "vintage", pois já nos idos dos anos 80 - já lá iam mais de 30 anos -, quando a feira ainda decorria no centro da cidade, a entrada da feira, o pátio de entrada, estava localizado em pleno placa central da Avenida Luísa Todi e aquilo que tinham na entrada da feira, na placa central da Avenida Luísa Todi, era uma Feira do Livro dinamizada pelas livrarias da cidade.

Portanto, querer defender aquilo que era o trabalho que tinha feito, o modelo que tinha entendido seguir, compreendia. Podiam concordar ou discordar, discordavam em muito de alguns dos caminhos que tinham sido trilhados, no entanto, querer vir chamar inovação a coisas que já aconteciam 30 anos atrás, e que, entretanto, tinham deixado de existir, como era o caso da Feira do Livro, que tinha voltado novamente, lamentava dizer ao senhor Vereador que era uma inovação só para quem só tinha conhecido a Feira de Sant'Iago nos seus moldes atuais.

Pensava que, francamente, o senhor Vereador, pela intervenção tão aclarada que tinha querido fazer tivesse um maior conhecimento sobre aquilo que era a feira, a sua história e aquilo que ela sempre tinha representado para a cidade e aquilo que, infelizmente, ao longo dos anos, tinha vindo a deixar de representar.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o senhor Vereador o desculpasse, mas ouvia mal, não ouvia? Devia ouvir mal, porque, de facto, ouvia mal aquilo que ele dizia, inverdades. Não só dizia inverdades como dizia mentiras. Que o desculpasse, mas tinha dito Feira do Livro e do Disco. Ia voltar a repetir: Feira do Livro e do Disco, não tinha dito Feira do Livro, nem dizia Espaço do Livro. Sempre tinha havido, naquele conceito.

Tinha dito Feira do Livro e do Disco e o senhor Vereador tinha feito uma intervenção, porque tinha uma admiração por si próprio de se querer ouvir e tinha dito: "O senhor Vereador não conhece a feira, sabe que eu é que sou de cá" - aquela lógica saudosista - "o senhor não sabe de cá e tal, porque eu, quando ia à feira e era pequenino e havia aquele pátio, já havia a Feira do Livro".

O senhor Vereador que o desculpasse, mas vivia no passado. O senhor Vereador vivia agarrado ao passado, ao seu passado, quando o seu partido governava. Já tinham percebido que, por ele, continuava a ter a Feira de Sant'Iago na Avenida Luísa Todi. Era assim que o senhor Vereador queria pensar.

Respeitava isso e o que tinha dito tinha sido Feira do Livro e do Disco, não tinha dito Feira do Livro e, depois disso, tinha dito Feira do Livro e do Disco, com a apresentação de um conjunto de livros por um conjunto de personalidades bastante conhecidas da praça pública, que tinha valorizado. Não tinha memória, efetivamente, e por isso é que tinha dito que visse o

programa. Pensava que eram nomes indiscutíveis, de pessoas que tinham ido apresentar, naquele conjunto, os seus livros à Feira de Sant'Iago. Achava que era importante.

Depois, tinha adulterado completamente aquilo que ele tinha dito, a dizer que: *“Então, mas o senhor diz que a feira é tão interessante e agora está a dizer que pela primeira vez é que foram os pais?”* Era uma adulteração que nada tinha a ver com a sua afirmação. Achava que era um homem atento e perceberia que um espetáculo daquela natureza concorria diretamente para trazer novos públicos à feira, ou não achava isso? Achava que era o mesmo?

O senhor Vereador, se era tão cuidadoso, que lhe dissesse quais é que tinham sido os dias em que, de facto, tinha estado lá, o que é que tinha acontecido e quais é que tinham sido os dias em que tinha sentido menos gente, até para ele ficar com esse registo. Que lho fizesse chegar por escrito e, se calhar, compreenderiam todos muitas coisas. Aprendiam todos os anos coisas que funcionavam, coisas que não funcionavam. Só quem, de facto, ali não trabalhava...

Havia uma coisa que lhe pedia, que não adulterasse as suas palavras, porque não tinha dito coisas que tinha posto na sua boca. Tinha falado de uma Feira do Livro e do Disco, não tinha querido pôr em causa nada do que se tinha feito no passado. Apenas, voltava a dizer, a feira precisava de olhar para o futuro, respeitando a sua identidade. A feira continuava a respeitar a identidade, valorizando, trazendo inovação e era para isso que tinham todos que contribuir para uma grande manifestação cultural e social da cidade. Era apenas isso.

Portanto, não valia a pena estarem assim, porque o sucesso, no meio disso tudo, não era da Câmara Municipal, era, sobretudo, para os setubalenses. Era isso que lhes interessava e achava que, sobre essa matéria, estavam todos do mesmo do mesmo lado.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que queria só frisar, porque tinha sido uma matéria que tinham levantado em duas reuniões da Câmara, que tinha a ver com o canal de denúncias, que já estava disponível. Portanto, queria só dar essa nota e fazer menção de que, de facto, já se encontrava essa possibilidade, em cumprimento daquilo que era a lei de 2021, que não existia anteriormente.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que tinha ficado disponível naquele dia e que iam terminar aquela parte do período de antes da ordem do dia. Queria dizer que achava que aquele executivo devia estar muito satisfeito pela sua Feira de Sant'Iago. Achava que devia puxar para cima a feira, puxar para cima os setubalenses.

Era claro que haveria sempre coisas que tinham sido bem feitas e outras não tinham sido tão bem feitas, mas achava que se deviam orgulhar muito da feira que tinham, daquilo que tinham indo construindo ao longo de 400 e tal anos, porque tinham sido todas essas pessoas que tinham indo contribuindo para isso. Efetivamente, a opinião de cada um ficava para cada e, efetivamente, os setubalenses também julgariam.

Aproveitava para convidar os munícipes a visitar o *“site”* da Câmara, o Facebook, que tinha a revista da feira de todos os dias, todas as iniciativas, todas as atividades que a feira tinha indo fazendo e achava que o Departamento de Comunicação tinha feito um trabalho excelente, relativamente à visibilidade que a Feira de Sant'Iago merecia e de tinha sido alvo durante esses 17 dias.

Face a isso, achava que estavam em condições de passar para as saudações. Portanto, dava, então, a palavra aos senhores vereadores que tinha saudações para apresentar.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 18 a 21:

*“Saudação*

*Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel*

*O Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel é saudado pelos Vereadores do Partido Social Democrata pelo seu 45º aniversário. Desde a sua fundação a 1 de agosto de 1978, o clube tem sido um importante agente impulsionador de todo o concelho de Setúbal.*

*O papel desempenhado pelo Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel tem sido fundamental na promoção de atividades de âmbito cultural e desportivo, enriquecendo a vida da comunidade Setubalense. Através das suas iniciativas, tem contribuído para a formação de jovens, fomentando valores como o trabalho em equipa, a solidariedade e a dedicação.*

*Além disso, o clube tem sido um ponto de encontro e convívio para a comunidade, proporcionando momentos de lazer, entretenimento e aprendizagem. O espírito de união e o sentido de pertença cultivados pelo Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel têm sido fundamentais para a construção de uma comunidade mais forte e coesa.*

*Neste momento de celebração, é importante destacar o trabalho e o empenho dos dirigentes, atletas e colaboradores do clube em promover atividades culturais e desportivas de qualidade. O seu compromisso com o bem-estar e a felicidade com todos os membros da comunidade é admirável.*

*Votos de que continuem a ser um exemplo de dinamismo e dedicação, contribuindo para o desenvolvimento cultural e desportivo da freguesia, do concelho e de todos os que têm a oportunidade de fazer parte da grande história do clube.*

*“Saudação*

*Cooperativa de Habitação e Construção Económica - Força de Todos*

*Desde a sua fundação a 6 de agosto de 1976 e ao longo destes 47 anos, a Cooperativa de Habitação e Construção Económica - Força de Todos tem sido uma força matriz no setor habitacional, comprometendo-se em proporcionar soluções de habitação acessíveis e dignas.*

*A Cooperativa desempenhou um papel importante na construção de habitações económicas, contribuindo para melhorar as condições de vida de muitas famílias. A sua visão inclusiva e comprometida com o bem-estar dos setubalenses tem sido um exemplo de empenho e dedicação.*

*Através do trabalho conjunto e da cooperação dos seus múltiplos elementos, a Cooperativa Força de Todos tem conseguido superar desafios e alcançar grandes conquistas. O seu espírito solidário tem sido a base para o sucesso e crescimento ao longo dos anos.*

*Neste momento de celebração, é importante recordar a importância do papel do terceiro setor nas nossas comunidades, sobretudo aquando da ausência de respostas por parte do Estado central e das autarquias locais. Reconhecer o esforço e a resiliência da Cooperativa de Habitação e Construção Económica - Força de Todos é lembrar que tomaram o sonho e o direito da casa própria uma realidade para muitas pessoas. A sua contribuição para o desenvolvimento social e habitacional é inestimável.*

*Os vereadores do Partido Social Democrata fazem fotos de felicidade e muito sucesso para a Cooperativa de Habitação e Construção Económica - Força de Todos pelo seu 47.º aniversário. Setúbal precisa que continuem a ser uma referência no setor habitacional, proporcionando soluções de habitação económicas e contribuindo para o bem-estar e felicidade das famílias.”*

*“Saudação*

*Rancho Folclórico das Praias do Sado*

*O Rancho Folclórico das Praias do Sado é saudado pelos vereadores do Partido Social Democrata pelo seu 55.º aniversário. Desde a sua fundação, a 8 de agosto de 1968, o Rancho Folclórico tem escrito uma história repleta de tradição, cultura e partilha, participando em inúmeras iniciativas em todo o país e no estrangeiro.*

*Ao longo dos anos, o Rancho Folclórico de Praias-Sado tem sido um embaixador do folclore português, levando a sua cultura e tradições além-fronteiras. O reconhecimento do seu*

*trabalho veio cedo logo em 1990, quando foi premiado no Desfile de Trajes no Festival de Lisboa, demonstrando a dedicação e excelência do grupo.*

*Os responsáveis pelo Rancho Folclórico de Praias-Sado têm sempre procurado que o folclore seja uma verdadeira escola para todos quantos integram o Rancho. Neste espírito, surgiu o Rancho Infantil, aberto a crianças a partir dos seis anos de idade. Esta iniciativa tem sido uma oportunidade para formar jovens valores, proporcionando-lhes a possibilidade de dar continuidade ao seu gosto pelo folclore no Rancho de Adultos.*

*O Rancho Folclórico das Praias do Sado é uma referência na preservação das tradições culturais do nosso país e cidade, mantendo viva a chama do folclore e transmitindo a riqueza das nossas raízes às novas gerações. O trabalho desenvolvido pelo Rancho é digno de apreço e reconhecimento.*

*Neste momento de celebração, é importante destacar o legado e o impacto positivo que o Rancho Folclórico de Praias-Sado tem tido na comunidade e além-fronteiras. O seu compromisso ímpar com a cultura e o folclore é um exemplo inspirador para todos nós.*

*Desejos de que continuem a espalhar a riqueza das nossas tradições culturais e a ser uma verdadeira escola de folclore para as gerações presentes e futuras.”*

*“Saudação  
Sport Clube do Sado*

*O Sport Clube do Sado é saudado pelo seu 16.º aniversário, celebrado este ano, desde a sua fundação a 1 de agosto de 2007. Ao longo destes anos, o clube tem demonstrado um esforço, dedicação e entrega notáveis nas suas atividades, tornando-se um importante contribuinte para a cultura desportiva e atividade recreativa na cidade.*

*Desde a sua criação, o Sport Clube do Sado tem sido um exemplo de compromisso com o desporto e a promoção do bem-estar da comunidade. Através das suas diversas iniciativas desportivas e recreativas, o clube tem proporcionado momentos de lazer, competição e convívio, enriquecendo a vida dos seus atletas e da comunidade em geral.*

*O esforço e a dedicação dos dirigentes, atletas e colaboradores do Sport Clube do Sado são dignos de louvor, pois têm contribuído para a promoção de valores desportivos, trabalho em equipa e superação pessoal. O clube tem sido um pilar importante para a cultura desportiva local, inspirando desde os mais jovens até aos mais velhos a participar em atividades desportivas.*

*Neste momento de celebração, é importante reconhecer o impacto positivo que o Sport Clube do Sado tem tido na cidade. O seu compromisso em promover a atividade física, o desporto e o convívio saudável entre a comunidade é um exemplo a seguir.*

*Os vereadores do Partido Social Democrata fazem votos de sucesso ao Sport Clube do Sado pelo seu 16.º aniversário! Que continuem a ser uma referência desportivo e recreativo na cidade, incentivando a prática desportiva e enriquecendo a vida de todos os que fazem parte desta família desportiva.”*

**Sr. Vereador Domingos Semedo** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 22 a 31:

*“Saudação  
Aniversário do Rancho Folclórico das Praias do Sado*

*O Rancho Folclórico das Praias do Sado celebrou o seu 55.º aniversário no dia 8 de agosto. Fundado em 1968, assinalou 55 anos de atividade e de importantes contributos para o desenvolvimento cultural do concelho de Setúbal, nomeadamente, através da preservação da cultura e tradições populares setubalenses.*

*Com uma história rica, o Rancho iniciou a construção da sua sede apenas em 1983, tendo participado em inúmeras iniciativas a nível nacional e internacional. Em 1990 foi premiado no Desfile de Trajes no Festival de Lisboa, no qual representaram a cultura e tradição*

setubalense, com trajes de "vendedeira de peixe" (peixeira), "apanhadora de laranjas", "apanhadora de ostras", "descarregador de peixe da Lota", "salineiro do estuário do Sado", "pescador do Sado", "varina rica da cidade de Setúbal" e "família abastada da região".

Organiza anualmente o Festival de Folclore de Setúbal - Praias do Sado, que teve este ano a sua 45.ª edição, terceira internacional, e que trouxe até à nossa cidade grupos da Argentina, Espanha e México. Este certame, com enorme potencial, tem se constituído ao longo dos anos enquanto um importante evento a nível nacional e internacional, promovendo a partilha de tradições e cultura, estando atualmente a ser avaliado, de forma a integrar um programa da UNESCO.

Neste sentido, o folclore deve ser reconhecido enquanto elemento fundamental para a investigação etnográfica da nossa região e para a preservação das tradições e dos costumes setubalenses.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Rancho Folclórico das Praias do Sado por mais aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal."

*"Saudação*

*Aniversário da Associação de Reformados e Pensionistas de São Sebastião*

*As associações de reformados e pensionistas desenvolvem um importante trabalho para a promoção do bem-estar e qualidade de vida da pessoa idosa, fomentando a adoção de estilos de vida saudáveis, para o combate à solidão e isolamento, na ótica do envelhecimento ativo.*

*Assim, a Associação de Reformados e Pensionistas de São Sebastião, fundada em 2005, desempenha um papel fundamental junto desta população, a qual é especialmente vulnerável a doenças, violência, negligência e abandono. O seu trabalho contribui para uma comunidade mais justa, solidária e inclusiva, chamando a atenção da sociedade para os direitos das pessoas idosas, muitas vezes ignoradas ou esquecidas, algo perpetuado pela falta de entendimento pelo envelhecimento, predominando uma imagem negativo sobre o mesmo.*

*Reconhecendo a atividade desenvolvida pela Associação de Reformados e Pensionistas de São Sebastião e todos os seus contributos para a promoção do bem-estar e qualidade de vida no nosso concelho, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam-na por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho."*

*"Saudação*

*Aniversário da Associação de Coletividades do Concelho de Setúbal*

*Fundada em 2016, a Associação de Coletividades do Concelho de Setúbal celebrou o seu 7.º aniversário no dia 25 de julho.*

*A ACCSet tem assumido, desde a sua criação, um importante papel para o desenvolvimento sociocultural do concelho de Setúbal, através do trabalho desenvolvido no âmbito do apoio prestado ao movimento associativo, da formação e capacitação de dirigentes associativos e da promoção e preservação da cultura e tradições populares.*

*A Associação, que tem como objetivo afirmar a identidade própria do associativismo do concelho de Setúbal, defendendo os interesses das coletividades suas associadas, promovendo ações de formação, o intercâmbio de experiências e a organização de projetos, atividades e eventos que contribuam para a promoção do associativismo, constitui-se como uma mais-valia para o movimento associativo setubalense.*

*Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Coletividades do Concelho de Setúbal, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho."*

*“Saudação*

*Maria Beatriz Palma convocada para a Seleção Portuguesa de Basquetebol Feminino de Sub-16*

*A jovem atleta do Scalipus Clube Setúbal, Maria Beatriz Palma, foi convocada para integrar a seleção portuguesa de basquetebol feminino de sub-16 e participar, desta forma, no Campeonato da Europa Sub16 Feminino 2023, o qual se irá realizar durante o mês de agosto, em Izmir, na Turquia.*

*Portugal integra nesta competição o Grupo A com as congéneres da Chéquia, Letónia e Finlândia.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Maria Beatriz Palma e o Scalipus Clube Setúbal pela convocatória, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

*“Saudação*

*Aniversário do Clube de Vela do Sado*

*Fundado em 2006, o Clube de Vela do Sado celebrou o seu 17.º aniversário no dia 20 de julho.*

*Assinalou 17 anos de contributos para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, na promoção da prática desportiva de vela e stand up paddling, utilizando um recurso natural sem igual, o rio Sado. Desta forma, tem como objetivo fomentar a adoção de estilos de vida mais saudáveis, para o aumento da qualidade de vida e do bem-estar das populações.*

*Para além da sua atividade desportiva, desenvolve também ateliers de verão, um importante apoio para as famílias durante o período não letivo, e colabora com outras entidades para a realização de eventos e atividades no âmbito da inclusão e da proteção do meio ambiente.*

*Reconhecendo os importantes contributos do Clube de Vela do Sado para o desenvolvimento desportivo do concelho de Setúbal, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o clube, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação*

*União Comércio Indústria conquista o Gothia Cup*

*A equipa de futebol sub-18 do União Comércio Indústria sagrou-se campeã da série B no Gothia Cup, no passado dia 22 de julho, em Gotemburgo, na Suécia.*

*Na final, contra Qviding FIF, a equipa do União Comércio Indústria garantiu a vitória com dois golos de Diogo Laurindo. O Gothia Cup é o maior torneio internacional de futebol de formação do mundo, tendo contado este ano com a participação de 1878 equipas de 69 países e com a realização de 4771 jogos.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o clube, atletas e equipa técnica pelos resultados obtidos, os quais enaltecem e dignificam o bom nome da cidade de Setúbal, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação*

*Aniversário da Cooperativa de Habitação e Construção Económica – Força de Todos*

*Fundada em 1976, a Cooperativa de Habitação e Construção Económica – Força de Todos celebrou o seu 47.º aniversário no dia 6 de agosto.*

*As cooperativas de habitação surgiram após o 25 de abril de 1974 como resposta à crise habitacional, tendo como objetivo, através da cooperação e interajuda dos seus membros, a satisfação das necessidades habitacionais das famílias, que até então, viviam em situações precárias e indignas.*

*A Cooperativa de Habitação e Construção Económica – Força de Todos, foi e continua a ser um dos grandes polos de desenvolvimento da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, estando na origem da construção de alguns equipamentos, nomeadamente o edifício da Caixa Geral de Depósitos, hoje com um grande significado económico para esta região.*

*Para além dos contributos imprescindíveis nas áreas da habitação e da coesão territorial, a Cooperativa desempenha também um importante papel enquanto dinamizadora de atividades de âmbito cultural, desportivo e recreativo, oferecendo um espaço à comunidade, onde esta tem a possibilidade de conviver, partilhar experiências e desenvolver capacidades e competências.*

*Neste sentido, e reconhecendo a atividade desenvolvida pela Cooperativa de Habitação e Construção Económica – Força de Todos e os seus importantes contributos para o combate à crise habitacional, a qual é ainda uma realidade no concelho de Setúbal, o Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam-na, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

#### *“Saudação*

*Pedro Afonso conquista o bronze no Festival Olímpico da Juventude Europeia*

*Pedro Afonso, o jovem atleta do Vitória Futebol Clube, participou no Festival Olímpico da Juventude Europeia, que se realizou entre 23 e 29 de julho, em Maribor, na Eslovénia.*

*Ao serviço da seleção portuguesa, o atleta conquistou o bronze na final dos 200 metros com o tempo de 21,41 segundos. Na meia-final da prova, Pedro Afonso bateu o seu recorde pessoal (21,28 segundos), que o levou na altura ao segundo lugar do ranking português, atrás de Luís Barroso que correu a distância em 21,17 segundos em 1983.*

*As consecutivas conquistas e os esplêndidos resultados obtidos têm dado destaque ao jovem atleta, que é atualmente considerado, pelos responsáveis da modalidade em Portugal, como uma das principais promessas do atletismo nacional.*

*Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista voltam a saudar e a felicitar Pedro Afonso, o seu treinador Fernando Ferreira e o Vitória Futebol Clube pelos resultados obtidos, os quais enaltecem e dignificam o bom nome da cidade de Setúbal, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

#### *“Saudação*

*Aniversário do Clube Desportivo e Recreativo Águias de São Gabriel*

*Fundado em 1978, o Clube Desportivo e Recreativo Águias de São Gabriel celebrou o seu 45.º aniversário no dia 1 de agosto.*

*Assinalou 45 anos de atividade e de importantes contributos para o desenvolvimento desportivo e cultural do concelho de Setúbal, constituindo-se enquanto um importante parceiro para o fortalecimento da democracia a nível local, incentivando à participação cívica e ao trabalho voluntário em prol da comunidade, para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.*

*Desta forma, o movimento associativo assume um papel determinante no desenvolvimento sociocultural no contexto local, como elemento impulsionador em áreas como a cultura, o desporto, a juventude, a educação, entre outras.*

*A história deste clube confunde-se com a do próprio bairro, numa simbiose única que faz de São Gabriel e do Águias uma grande família.*

*Reconhecendo os importantes contributos do Clube Desportivo e Recreativo Águias de São Gabriel para o desenvolvimento do concelho de Setúbal, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a coletividade, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

*“Saudação  
Aniversário do Sport Clube do Sado*

*O Sport Clube do Sado celebrou o seu 16.º aniversário no passado dia 1 de agosto. Fundado em 2007, assinalou 16 anos de atividade e contributos enquanto dinamizador de atividades de âmbito cultural e desportivo. O movimento associativo desempenha um importante papel no desenvolvimento local, nas suas diversas dimensões, sendo um importante agente de transformação e promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações, que nele encontram o espaço para o convívio, para o desenvolvimento de competências, para participação cívica e para trabalho voluntário em prol da comunidade. Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Sport Clube do Sado, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**Sr. Vereador Domingos Semedo** – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 32:

*“Voto de Pesar  
Falecimento de Jaime Jorge*

*Jaime Jorge, antigo presidente do Núcleo Recreativo e Desportivo Ídolos da Praça, faleceu no passado dia 4 de agosto, aos 77 anos, vítima de doença prolongada. Desempenhou funções enquanto presidente do NRD Ídolos da Praça durante os mandatos 1987/1988 - 1993/1994 - 1995/1996 - 2001 a 2008 - 2009 a 2012, sendo reconhecido pela coletividade e restante movimento associativo pela sua dedicação à causa associativa, pelo excelente e exemplar trabalho que realizou, e pelo seu contributo para o desenvolvimento cultural e desportivo do concelho de Setúbal. Ligado ao desporto e ao associativismo desde a sua juventude, foi atleta do Vitória Futebol Clube, onde praticou andebol. Enquanto dirigente associativo, trabalhou de forma voluntária em prol da comunidade, num verdadeiro ato de civismo. Desempenhou também um importante papel na realização das Marchas Populares de Setúbal. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência, as mais sentidas condolências.”*

*Disse que pediam, também, que se fizesse um minuto de silêncio.*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 33:

*“Voto de pesar  
Jaime Jorge*

*Jaime Jorge faleceu na passada sexta-feira, aos 77 anos, vítima de doença. Jaime Jorge foi presidente do Núcleo Recreativo e Desportivo Ídolos da Praça nos mandatos de 1987/1988, de 1993 a 1996 e de 2001 a 2012. É reconhecida a sua dedicação à causa associativa e o seu trabalho nos Ídolos da Praça nos anos em que dirigiu a coletividade é considerado exemplar pelos associados e pelos seus pares. Homem de causas, lutou pelo desenvolvimento desportivo e cultural da coletividade que presidiu transmitindo aos mais jovens valores de desportivismo, dignidade e orgulho. Na década de 70, foi jogador de andebol do Vitória Futebol Clube.*

*À família e amigos, a Câmara Municipal de Setúbal apresenta sentidas condolências.”*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que era só para dizer que o PSD se associava aos votos apresentados pelo Partido Socialista e pela CDU, relativamente ao Sr. Jaime Jorge, ex-Presidente do Núcleo Recreativo e Desportivo Ídolos da Praça.

**Sra. Vice-Presidente** – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo registado sob o n.º 34:

*“Voto de pesar  
Andrelina Amado Esteves*

*Voto de Pesar Pelo falecimento de Andrelina Amado Esteves (Nasceu em Setúbal em 1942, residiu em Praias do Sado. Faleceu a 1 de agosto 2023)*

*Quem com a Andrelina Amado teve oportunidade de privar destaca a sua vertente para as palavras contadas em poemas, para as artes decorativas e humanitárias, para a sua alegria contagiante e de uma vivacidade que merecem um profundo respeito e admiração de todos aqueles que tiveram oportunidade de as evidenciar.*

*Participou em Jogos Florais, onde obteve várias Menções Honrosas, segundos e terceiros prémios.*

*A Poesia foi a sua paixão, através dela partilhou angústias, tristezas, alegrias e inspirações.*

*Em 2002 lançou o seu primeiro livro de poemas, “Pensar e Escrever”.*

*Em 2011 lançou o livro “Mensagens Poéticas”, poemas de inspiração, de reflexão e de descobertas dentro de cada um de nós.*

*A Minha Caneta*

*A caneta é o meu guia*

*Quando escrevo poesia*

*E liberto essa paixão*

*Sendo a minha companhia*

*Com um toque de magia*

*Dou-lhe alguma inspiração*

*Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se:*

*Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento;*

*Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;*

*Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.”*

Disse que a falecida era uma presença frequente na Biblioteca Municipal e que iriam sentir todos muitas saudades dela.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que era para, naturalmente, se associarem, também, àquele voto de pesar, até porque se tratava de uma pessoa que escrevia com o coração e com a alma.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que, à semelhança do voto anterior, os Vereadores do PSD se associavam ao voto apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao falecimento da poetisa Andrelina Amado Esteves.

A Sra. Vice-Presidente propôs e fez-se um minuto de silêncio.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto da Ata n.º 08/2023 - Reunião ordinária de 05 de abril de 2023**

A Sra. Vice-Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

### **2. Deliberação n.º 858/2023 – Proposta n.º 40/2023 – GAP – Atribuição de Medalhas Honoríficas - Setúbal 2023**

**Sra. Vice-Presidente** - Apresentou a proposta [conforme documento anexo registado sob o n.º 35] e disse que a mesma tinha sido consensualizada com todas as bancadas e era conhecida das bancadas. Portanto, devido à extensão da mesma e porque estavam a transmitir a reunião, iria dizer a categoria das medalhas e o nome da instituição ou do cidadão a quem se pretendia atribuir a medalha e, depois, se os senhores Vereadores quisessem fazer uma intervenção fá-la-iam após a apresentação de todos os nomes. Não sabia se estavam de acordo com essa metodologia. Em seguida passariam aos votos.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que, para, depois, não misturarem aquilo que era o mais relevante, que era o reconhecimento da honorabilidade e do mérito das instituições e das cidadãs e dos cidadãos, saudavam, naturalmente, a proposta e saudavam, sobretudo, aquilo que era aquela prática que a Sra. Vice-Presidente tinha acabado de referir, que tinha a ver com o facto de terem tido uma proposta que surgia do consenso e daquilo que tinha sido o diálogo com todas as forças políticas que ali estavam sentadas no executivo municipal. Portanto, ao contrário, como tinha dito, de outros mandatos e de outros anos...

Aliás, essa anterior posição tinha-os levado, até, no ano anterior, a apresentarem uma proposta da própria bancada, mas pensava que estavam a inaugurar um caminho que era mais digno, que era mais próprio e, por isso, também queria, em nome da bancada, saudar esse caminho, então, que lhes iria permitir – pensava ele -, também, no futuro, trazerem ali aquilo que eram os nomes que todos, pensando no que conheciam, tinham proposto, enquanto forças políticas, transformando-a numa só proposta, o que – insistia -, dignificava o órgão, a cidade e o concelho.

Seguidamente, procedeu-se à votação da proposta por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados [conforme documento anexo registado sob o n.º 36]:

#### **Medalha de Prata da Cidade**

APSS (Centenário do Porto de Setúbal) – Atribuída, por unanimidade

#### **Medalha de Honra da Cidade**

#### **Classe Atividades Culturais**

Luís Aleluia (a título póstumo) – Atribuída, por unanimidade

Livraria Culsete – Atribuída, por unanimidade

Samina (João Samina) – Atribuída, por unanimidade

Carlos Alberto da Silva Pinto – Atribuída, por unanimidade

António Aleixo – Atribuída, por unanimidade

Artur Jordão – Atribuída, por unanimidade

António José Simões da Silva – Atribuída, por unanimidade

Acácio José – Atribuída, por unanimidade

Carlos Lopes – Atribuída, por unanimidade

Jorge Moreira – Atribuída, por unanimidade

Fernando Malão – Atribuída, por unanimidade

#### **Classe Ciência e Tecnologia**

Alcobia Portugal – Atribuída, por unanimidade  
António Afonso Borregana – Atribuída, por unanimidade  
Maria Ascensão Justino Tomé Guerreiro – Atribuída, por unanimidade  
Guardiãs do Mar – Atribuída, por unanimidade  
Ocean Alive – Atribuída, por unanimidade  
Jaime dos Santos Forreta – Atribuída, por unanimidade

#### **Classe Desporto**

Danilo Ferreira – Atribuída, por unanimidade  
José Semedo – Atribuída, por unanimidade  
José Egas dos Santos Branco (“Zequinha”) – Atribuída, por unanimidade  
Maria Virgínia Gomes – Atribuída, por unanimidade

#### **Classe Associativismo e Sindicalismo**

Maria Helena Fragoso de Mattos – Atribuída, por unanimidade  
Gil de Castro Corrêa Figueira – Atribuída, por unanimidade  
Clube Cultural, Desportivo e Recreativo das Curvas – Atribuída, por unanimidade  
Associação Desportiva de Aikido de Setúbal – Atribuída, por unanimidade  
EAPN – Núcleo Distrital de Setúbal – Atribuída, por unanimidade  
APACCF – Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras –  
Atribuída, por unanimidade  
Refood – Atribuída, por unanimidade  
Movimento Escola Moderna – Atribuída, por unanimidade  
Clube Desportivo e Recreativo Águias de S. Gabriel – Atribuída, por unanimidade

#### **Classe Paz e Liberdade**

Manuel Júlio Arrábida (“Chefe Arrábida”) (a título póstumo) – Atribuída, por unanimidade  
Horizonte dos Reis Rosa (“Chefe Horizonte”) (a título póstumo) – Atribuída, por unanimidade  
Rosa Maria Antunes – Atribuída, por unanimidade  
António Amadeu Terra Ferreira Bastos – Atribuída, por unanimidade

#### **Classe Turismo**

Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal – Atribuída, por unanimidade  
Sofia Soares Franco – Atribuída, por unanimidade

#### **Classe Comércio**

Restaurante Casa Santiago – “O Rei do Choco Frito” – Atribuída, por unanimidade  
Adega (Restaurante) Leo do Choco – Atribuída, por unanimidade  
Restaurante Carnes do Convento – Atribuída, por unanimidade

#### **Classe Indústria**

Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal – Atribuída, por unanimidade  
Bracal – Atribuída, por maioria, com 10 votos a favor e 1 voto em branco

### **3. Deliberação n.º 859/2023 – Proposta n.º 41/2023 – GAP – Fornecimento de Energia Eléctrica, para o biénio 2024-2025 - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 37 e 38.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 860/2023 – Proposta n.º 42/2023 – GAP – Contratação de apólices de seguros para os ramos de Acidentes de Trabalho, Frota Automóvel, Multirriscos Patrimoniais, Responsabilidade Civil e Responsabilidade Ambiental, para o biénio 2024 – 2025 - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 39 e 40.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 861/2023 – Proposta n.º 43/2023 – GAP – Contratação de Solução de Comunicações de voz e dados, para o biénio 2024 – 2025 - Delegação de competências, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 41 e 42.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era, apenas, para dar uma nota. Aquelas três propostas resultavam da aquisição de energia, comunicações e seguros para um biénio (2023-2024) e vinham consolidar, nessas três áreas, a atividade dos Serviços Municipalizados, na medida em que, após o fim da concessão, tendo em conta o boicote que tinha havido e a não transmissão dos contratos, tinham-se visto obrigados a fazer contratos - inicialmente, ajustes diretos, consultas públicas, contratos de curta duração -, para sustentar a atividade até àquele momento, sete meses depois.

Naquele momento, visto que tinham contratado até ao final do ano todos esses aspetos, tinham condições de fazer uma contratação normal, que estabilizasse a atividade dos serviços nessas três áreas. Também iriam fazer isso noutras áreas, mas eram as primeiras três e eram absolutamente fundamentais para a atividade dos Serviços Municipalizados.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 862/2023 – Proposta n.º 44/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do “Relatório de Fatores Críticos para a Decisão” da Avaliação Ambiental Estratégica para avaliação das opções com vista ao aumento da capacidade aeroportuária da Região de Lisboa – Ratificação**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 43 e 44.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que, feita a análise do relatório que lhes era apresentado, daquele parecer, entendiam que o parecer favorável não devia ser condicionado ao acolhimento de algumas dessas propostas, nomeadamente duas que lhes pareciam que fariam pouco sentido naquele âmbito.

A primeira dizia respeito às considerações que eram tecidas sobre o FCD 2 - portanto, a acessibilidade do território sobre fator crítico para a decisão 2 -, que definia, para os critérios de proximidade, como indicadores, a distância por estrada ao centro da cidade de Lisboa, em

quilómetros, o tempo médio de deslocação em automóvel ao centro da cidade de Lisboa, em minutos, e o tempo médio de deslocação, considerando o tempo de espera mais tempo de viagem em transporte público até à Estação do Oriente, também em minutos.

Ora, uma das considerações que era tecida sobre esses critérios era que eles privilegiariam, de alguma forma, exclusivamente, as localizações mais próximas da capital, em detrimento de outras que ficariam mais distantes e que poderiam beneficiar da instalação do aeroporto nos seus territórios.

A verdade era que a resolução do Conselho de Ministros que tinha dado origem à criação da Comissão Técnica Independente definia, de uma forma muito clara, que o objetivo era *“promover uma análise de natureza estratégica e multidisciplinar, destinada a garantir o aumento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa”* e, portanto, tendo o estudo como objetivo uma análise estratégica multidisciplinar que visava *“garantir o aumento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa”* e estando o aeroporto que servia essa região localizado dentro da cidade de Lisboa, naturalmente que os critérios que mais sentido faziam, particularmente quando estavam ainda em discussão e a aguardar a pronúncia da Comissão Técnica Independente diversas soluções, que podiam passar pela manutenção do aeroporto atual, do Aeroporto Humberto Delgado, tendo uma solução complementar, ou por uma solução que fosse mais robusta, passando o Aeroporto Humberto Delgado a ser solução complementar, ou por uma solução que fosse totalmente alternativa ao Aeroporto Humberto Delgado, parecia-lhes que aquilo que fazia sentido seria, atendendo às circunstâncias daquele momento atuais e aquilo que era o objetivo dessa Comissão Técnica Independente, que era analisar e garantir o aumento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa, os critérios que tinham sido definidos eram equilibrados, eram justos e, portanto, não lhes parecia que fizesse particular sentido que o parecer fosse condicionado ao acolhimento de uma proposta que visava não considerar esses critérios, mas, eventualmente, elencar outros, que acabavam por não ser elencados, critérios alternativos, mas sugerindo que pudessem ser definidos outros critérios.

Depois, uma outra questão que decorria do parágrafo que se encontrava antes das considerações finais, no que respeitava ao Anexo I e à lista de entidades relevantes para consulta. Eram sugeridas diversas entidades, a maior parte das quais lhes parecia que poderiam fazer algum sentido nesse âmbito, mas, sendo consideradas como identificados, como municípios na área de influência das opções estratégicas, municípios como Montijo e Alcochete, atendendo àquilo que, dentro do âmbito do território do distrito ou, até mesmo, da própria Península de Setúbal, eram aqueles que poderiam ser diretamente afetados por essa decisão, e sendo já esses municípios considerados uma entidade relevante, identificados como entidade relevante nessa área de influência, parecia-lhes que fazia muito pouco sentido sugerirem que fosse ali colocada a Associação de Municípios da Região de Setúbal, porque a posição da Associação de Municípios da Região de Setúbal, considerando aquilo que era a sua constituição naquele momento, poderia, apenas, replicar aquilo que poderia vir a ser tomada de posição dos municípios do Montijo e de Alcochete.

Portanto, sugerir ou condicionar o parecer favorável à aceitação de uma entidade recomendada ou a consideração de entidade recomendada de toda essa lista de entidades, mas, particularmente, no que se referia à AMRS, que, como todos sabiam, era, naquele momento, menos representativa do que era alguns anos atrás, no âmbito do território no qual nos inseríamos, parecia-lhes que fazia pouco sentido, e, portanto, tendo isso em consideração, não votariam favoravelmente a proposta.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que, tentando esclarecer algumas das questões, começava pela última questão que tinha sido colocada, relativamente às entidades de quem sugeriam que fosse acolhido o parecer.

A Câmara de Setúbal também não era o município onde seria o aeroporto, mas, reconhecendo os impactos que teria no território do concelho de Setúbal, com tal como teria em todos os outros que estavam na envolvente das alternativas possíveis que estavam a ser ponderadas, deviam ser consultadas, tal como tinha sido consultada a Câmara de Setúbal.

O parecer emitido pela Câmara e pelas outras entidades não era vinculativo, eram sugestões. Portanto, não condicionava o andamento do processo. Eram questões que lhes parecia que deveriam ser referenciadas e ponderadas no âmbito daquela fase do procedimento em causa. Relativamente às questões do critério de proximidade, efetivamente, os critérios utilizados eram esses e o que lhes parecia era que eles condicionavam, em grande medida, aquilo que era o resultado da análise. Independentemente daquilo que tinha sido a resolução do Conselho de Ministros, o relatório de fatores críticos identificava como critérios esses e, portanto, parecia-lhes que era uma condicionante à avaliação e ao resultado da ponderação da localização.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a questão relativa aos fatores críticos de decisão inerentes a acessibilidade do território, para eles, era relevante na medida em que aquilo que se pretendia era ajustar o aumento da capacidade aeroportuária na região de Lisboa. Não se pretendia que aquela comissão analisasse o aumento da capacidade aeroportuária no Alentejo, ou na Várzea, ou na região Oeste, ou em Bragança, pretendia-se analisar o aumento da capacidade aeroportuária na região de Lisboa e, portanto, se tinham o epicentro do estudo em Lisboa, fazia sentido que os critérios de acessibilidade tivessem em consideração aquilo que era a acessibilidade a uma cidade, que para além do capital do país, queriam que Setúbal fosse a capital do futuro mas isso eram outras questões, para além da capital do país, Lisboa era também a cidade onde presentemente já se localizava a capacidade aeroportuária de toda a região e, portanto, estando em estudo diversas opções que passavam pela manutenção do aeroporto atual com um complemento, criação de um aeroporto principal ser o aeroporto atual o complemento, ou a criação de uma estrutura nova e a eliminação da estrutura atual, era importante perceber de que forma é que se podia medir esse impacto, e que impacto seria esse no acesso à capital, no acesso a quem presentemente já embarcava e desembarcava no aeroporto Humberto Delgado, partindo da localização que viesse a ser indicada. Portanto, os critérios tinham, naturalmente, e percebendo o conceito de considerar que era importante privilegiarem um desenvolvimento harmonioso de todo o território, mas não podiam deixar de ter em consideração que aquilo que se pretendia era encontrar uma resposta para o aumento da capacidade aeroportuária da região de Lisboa, onde presentemente estava instalado ou aeroporto e, portanto, Lisboa era o epicentro da decisão, podiam gostar ou não mas era, e era com base nisso que os critérios tinham que ser definidos. Aquilo que consideraria que poderia, eventualmente, acontecer era que ao tecerem aquelas considerações pudessem apresentar alternativas, mesmo com um parecer que não era vinculativo, e, sabiam que não era vinculativo, não apresentar alternativas, apresentarem apenas uma crítica aquilo que eram os critérios encontrados e, considerarem nas considerações finais que a emissão do parecer era favorável condicionada ao acolhimento das propostas, quando a única proposta eram aqueles critérios não serem adequados, portanto: *“façam lá o favor de escolher outros”*, parecia-lhes que não era adequado e, portanto, como tinha dito, considerando que era a questão que tinha elencado sobre a representatividade ou a falta dela da AMRS, quando os municípios já eram por si ouvidos e, portanto, estariam a replicar apenas aquilo que os municípios já tinham tido ocasião de dizer, e também quando tinham uma crítica, que não deixava de o ser, aos critérios que tinham sido definidos para a acessibilidade e, para os critérios de proximidade, e depois não apresentarem alternativas parecia-lhes que não era o parecer que deveria ser apresentado, não era o parecer mais correto, e, portanto, tendo isso em consideração, não iriam acompanhar.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que achava que estava subjacente àquela discussão, um princípio de base, e o senhor Vereador tinha-o acabado de referir: *“Lisboa é o epicentro”*. Das matérias que eram discutidas, e da grande reflexão que era feita presentemente na Área Metropolitana, de facto, Lisboa não podia ser o epicentro, e, o epicentro era a própria área Metropolitana e, portanto, essa era uma discussão de base que alterava logo aquele pressuposto. A localização de um aeroporto teria muitos impactos no território, todos sabiam

isso. Perguntou se achava que a análise, utilizando apenas aqueles critérios, não era condicionante daquilo que era o resultado, e achava que isso era evidente, obviamente que se nos critérios a aplicar falavam da distância ao centro de Lisboa, do tempo médio de deslocação automóvel, ao centro de Lisboa, do tempo médio em deslocação, espera, e tempo de viagem em transporte público à estação do Oriente, portanto, a Lisboa, se não era condicionante relativamente àquilo que pudesse ser o resultado em função da avaliação das várias alternativas.

Por outro lado, merecia também uma ponderação, aquilo que eram as novas infraestruturas anunciadas faz tempo pelos sucessivos governos que, obviamente, também teriam grande impacto naquilo que era a decisão da localização do novo aeroporto de Lisboa. Achava que ali era mesmo uma questão de princípio e, que havia um entendimento que divergia logo à partida que era, o seio da Área Metropolitana de Lisboa, não era o território do concelho de Lisboa, não podia ser a cidade de Lisboa, todos discutiam isso e todos eles, diferentes partidos políticos, em diferentes locais faziam essa defesa, e, portanto, achava que essa era a discussão base que deveria estar naquela troca de opiniões.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que o concelho de Lisboa era o epicentro da própria área Metropolitana, ela era mais ou menos concêntrica e, portanto, Lisboa ficava no meio do território. A estação do Oriente era uma estação relevante, porque fazia a ligação do Norte ao Sul do país, fazia a distribuição. Todos sabiam disso e, portanto, era importante perceberem que, mesmo quem aterrasse num novo aeroporto, independentemente daquela que viesse a ser a sua localização, para aceder por via transportes públicos a outros pontos do país teria, quase que necessariamente, que se deslocar até à estação do Oriente, porque se não o fizesse teria que encontrar alguma outra forma de fazer o transbordo, ao longo do seu percurso. Mas a estação do Oriente era central naquilo que era, particularmente no que respeitava ao transporte ferroviário, a ligação entre o norte e o sul do país. Todos gostariam, naturalmente, de criar condições para que o nosso território, o nosso país, pudesse ter um desenvolvimento mais harmonioso e, que uma infraestrutura, que era uma infraestrutura que criava também milhares de empregos, como era um aeroporto, pudesse estar mais próximo e dar resposta a territórios que não eram tão desenvolvidos, e não tanto a territórios que já estavam numa fase muito mais adiantada daquilo que era o seu desenvolvimento social e económico. A questão era que não só a cidade de Lisboa era um centro, um centro de negócios, um centro económico, um centro financeiro, um centro turístico, um centro de ligação por transportes públicos ao resto do país, como também, se não considerassem esses critérios, ou se entendessem que esses critérios não eram os adequados deviam no mínimo propor critérios alternativos. Porque aquilo que aquele parecer indicava era que os critérios propostos não eram adequados, e leu o seguinte: “esses indicadores carecem de uma reavaliação, de modo a não privilegiarem exclusivamente localizações mais próximas de um concelho que se encontra plenamente desenvolvido em detrimento de outras localizações mais periféricas que possam beneficiar da presença de uma infraestrutura que potencie o seu desenvolvimento”. Não discordavam da segunda parte, da necessidade de, eventualmente, ao pensarem as infraestruturas ponderarem a sua localização em zonas que não fossem tão desenvolvidas, e isso estava em cima da mesa, a possibilidade de localizar um aeroporto em Santarém, na Várzea do Tejo, era uma hipótese que se enquadrava naquilo que era aquela argumentação. Aquilo que discordavam era que fosse indicado que aqueles critérios não eram adequados, mas depois não fosse dada uma sugestão de um critério que se considerasse mais adequado. Aquilo que era feito ali era dizer que aqueles critérios beneficiavam o Montijo ou Alcochete, na verdade são as duas alternativas que estavam mais próximas de Lisboa, todos sabiam, era pública desde há muitos anos a posição que o Partido Comunista tinha sobre a utilização do aeroporto no Montijo.

(Vozes de fundo)

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que era pública, não sabia se o senhor Vereador Pedro Pina conhecia, era uma posição pública, e ali, aquilo que transparecia era que o parecer visava, ou aquela enunciação da inadequação ou da desadequação dos critérios, visava dizer que se fosse um município próximo de Lisboa, era uma má solução, se fosse um município longe de Lisboa era uma boa solução. Não era apresentada uma única alternativa. Considerando também aquilo que tinha sido a argumentação que a senhora Vereadora Rita Carvalho lhes tinha apresentado, disse que gostaria que fossem elencadas alternativas de critérios, porque estavam a falar de um critério que se definia com proximidade, um critério de proximidade, francamente, não via uma forma alternativa de o medir para além daqueles que ali eram apontados, mas talvez a senhora Vereadora Rita Carvalho lhes pudesse elucidar e apresentar ali soluções alternativas que considere adequadas, embora não estando vertidas no parecer, mas que pudessem ser consideradas pela comissão técnica independente. Era bom que essas soluções alternativas pudessem ter sido mencionadas no parecer que tinha sido enviado à comissão técnica independente.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse: *“senhora Vereadora, vamos tentar...”*

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que seria o último comentário que faria. Disse que, de facto, considerava que aqueles critérios, considerava enfim, consideravam os serviços da abordagem que era feita, os critérios eram redutores relativamente à avaliação das diferentes alternativas. Obviamente que a realidade presentemente, a Estação do Oriente era uma centralidade, se estivessem a falar da construção da 3.ª travessia, falavam de outra realidade. A 3.ª travessia, conforme já tinha sido anunciada, e *“desanunciada”*, várias vezes, obviamente com o sistema ferroviário, ou pelo menos com a utilização ferroviária. O que estava em causa naquele parecer, era que se avaliasse aqueles critérios, obviamente, que tinham de ter uma ponderação, mas que fosse ponderado também aquilo que era a relação da nova infraestrutura com outras centralidades existentes no seio da Área Metropolitana, e na envolvente das localizações alternativas que estavam em estudo. De facto, Lisboa era uma centralidade e, atualmente, todos sabiam que era o concelho com mais massa crítica em diferentes matérias e que se afirmava com condições diferenciadas relativamente a outros concelhos, se não fossem dados passos presentemente para inverter essa tendência ia continuar a ser assim nos próximos anos. Portanto, voltou a dizer, estavam ali a falar de questões de princípio, e as questões de princípio que assumiam presentemente, tomavam medidas e, decisões presentemente para que fossem materializados no futuro.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que tinham sido explanadas as opiniões.

Perante aquelas questões achava que até a própria comissão devia ficar satisfeita de ter questionados os critérios para poder fazer um melhor trabalho, porque se todas as pessoas olhassem para aqueles critérios e ninguém os questionasse, então faziam um trabalho de não ajudar na resolução daquele problema, que já tinha muitos anos em Portugal e que precisava de ser efetivamente resolvido.

Ainda falavam numa fase muito inicial, porque falavam apenas dos critérios que iam considerar, e achava que, no fundo, era claro que eles eram importantíssimos porque o modo como fossem definidos, também assim, poderiam depois na questão do relatório da avaliação ambiental, etc., também serem fundamentais.

De qualquer maneira, pensava que a comissão iria interpretar aquela questão, do Município de Setúbal, como uma sugestão e, como uma proposta para a melhor avaliação daquele assunto. Foi assim que interpretou o parecer quando o validaram para a ratificação, no sentido de contribuir para que fossem equacionadas, e que o critério fosse o mais abrangente possível. Pensava que tivesse sido esse o sentido dos serviços também, e tinha sido essa a preocupação.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**7. Deliberação n.º 863/2023 – Proposta n.º 398/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 17/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em edifícios municipais, pelo período de 36 meses – Abertura**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 45 a 48.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 864/2023 – Proposta n.º 401/2023 – DAF/DICOR – Procedimento de Abertura da Contratação de Empréstimo de Médio/Longo prazo - Investimentos Municipais 2024 – Adjudicação**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 49 a 52.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que aquela proposta já tinha ido ali à Câmara Municipal para a sua abertura. Tinham sido convidadas 10 entidades bancárias a apresentar proposta, e tinham rececionadas 5 propostas.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor, 5 da CDU e 4 do PS, e 2 abstenções, do PPD/PSD

**9. Deliberação n.º 865/2023 – Proposta n.º 402/2023 – DAF/DICOR – Projeto Regulamento e Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Setúbal – 2024**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 53 e 54.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**10. Deliberação n.º 866/2023 – Proposta n.º 403/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Cancelamento da cláusula de reversão e ónus de inalienabilidade do prédio sito na Av. Bento Jesus Caraça, n.º 71 - R/C D, Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 55.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 867/2023 – Proposta n.º 404/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Desafetação do domínio público Municipal de uma parcela de terreno, com área de 4,69 m<sup>2</sup>, sita na Rua General Daniel de Sousa, União de Freguesias de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 56 e 57.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 868/2023 – Proposta n.º 405/2023 – DAF/DICONT/SEGEP – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 22,66 m<sup>2</sup>, sita na Rua das Alcaçarias – Bairro Salgado, em Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 58 a 60.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 869/2023 – Proposta n.º 406/2023 – DAF/DICONT – 4.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 4.ª ao Plano de Atividades Municipal e 4.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 61 a 64.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor, da CDU, e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**14. Deliberação n.º 870/2023 – Proposta n.º 06/2023 – DASU/DISUR/SEMBEA – Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e o grupo de Investigação Científica “Host-Parasite Interaction” do I3S, Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 65 e 66.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse trazerem ali um protocolo, que lhes tinha sido sugerido pela Universidade do Porto. Era uma Universidade que dava cartas na área da investigação. Achava que era importante também, para poderem fazer uma caracterização do concelho relativamente a uma doença tão importante para os animais que era Leishmaniose canina.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 871/2023 – Proposta n.º 10/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 67.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 872/2023 – Proposta n.º 11/2023 – DASU/GAGIP – Celebração de Protocolo – Protocolo de Cooperação entre S. Energia – Agência Regional de Energia para os Concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete e ENA – Agência de Energia e Ambiente da Arrábida e Câmara Municipal de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 68 e 69.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que houve aquela possibilidade, através das agências de energia, de poderem aderir a um protocolo para a colocação de luminárias de tecnologia “led” para as nossas escolas, que receberam recentemente do Governo, do 2.º e 3.º ciclo. Aceitaram estabelecer esse protocolo, já tinham tido essa experiência com a S. Energia há uns anos, e utilizaram para substituição de “leds” nas escolas do 1.º ciclo, foi muito vantajoso, e queriam fazer o mesmo, nas escolas de 2.º e 3.º ciclo e secundário, podendo ter uma poupança e ganhos importantes para o ambiente.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 873/2023 – Proposta n.º 27/2023 – DEB/DIGEPE – Apoio Financeiro – Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2022/2023**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 874/2023 – Proposta n.º 28/2023 – DEB/DIAPE – Ação Social Escolar 2023/2024 – Fichas de Apoio/Cadernos de Atividades**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que também era prática da Câmara Municipal, já de há vários anos, para além da questão do manual escolar fornecido já a todas as crianças do 1.º ciclo, como complemento, há muitos anos, que propunha a gratuidade, também, para as fichas de apoio/cadernos de atividades.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 875/2023 – Proposta n.º 29/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolos de colaboração no âmbito das atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico 2023/2024**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 72 e 73.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 876/2023 – Proposta n.º 30/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo tripartido de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º ciclo do Ensino Básico – EB n.º 1 Areias**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 74 e 75.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 877/2023 – Proposta n.º 31/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo tripartido de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º Ciclo do Ensino Básico – EB Faralhão 1, EB Faralhão 2 e EB Faralhão**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 76 e 77.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que à semelhança do que já tinham feito em outras escolas tiveram também ali o pedido dos pais para poderem considerar a abertura de uma CAF – Componente de Apoio à Família, para aquelas escolas, naquela zona do território. Conversaram com a COSAP, que se mostrou disponível para celebrar um protocolo de colaboração com a Câmara Municipal e poder garantir aquelas atividades de apoio à família.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 878/2023 – Proposta n.º 399/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 18/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para elaboração do estudo prévio para o conjunto habitacional na Av. da Bela Vista OP – A1/A2, Setúbal – Abertura**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 78 a 82.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que em articulação com o IHRU e tendo em conta a legislação específica que saiu para PRR habitação, decidiram avançar para concursos posteriores de conceção-construção para agilizar todo o processo de construção daquelas habitações e, naquela primeira proposta, na deliberação 878/2023, falavam da construção A1, do espaço A1 que tinha 280 fogos de construção e o A2 70 fogos de construção no total de 350 fogos de construção para renda apoiada por promoção do Município de Setúbal. O estudo prévio era essencial à abertura do procedimento de conceção-construção.



Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 879/2023 – Proposta n.º 400/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 19/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para elaboração do estudo prévio para o conjunto habitacional na Rua das Piteiras OP – A3/A4, Setúbal – Abertura**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 83 a 87.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que no caso daquela proposta, da Rua das Piteiras, daquela operação, A3, A4, tinham na urbanização A3 73 fogos, na urbanização A4 71 fogos, num total de 144 fogos. O que queria dizer que naquelas duas operações tinham um total de 494 fogos de promoção Municipal, no Município de Setúbal, para renda apoiada naquele território.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 880/2023 – Proposta n.º 407/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 21/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde e acompanhamento ambiental relativa à empreitada “requalificação do Bairro da Alameda das Palmeiras, em Setúbal” – Abertura**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 88 a 91.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que aquele concurso visava garantir a coordenação de segurança e saúde e acompanhamento ambiental relativa ao Bairro da Alameda das Palmeiras, que era o segundo bairro que ia entrar em obras rapidamente. Tinham em obra, em velocidade acentuada, o Bairro das Manteigadas e o Bairro da Alameda ia avançar a breve prazo para obra. Portanto, tratava-se de garantir o acompanhamento e a fiscalização externa daquela obra, que depois seria acompanhada, naturalmente, por técnicos municipais, naquilo que dizia respeito ao dono da obra, que era o Município de Setúbal.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 881/2023 – Proposta n.º 21/2023 – DOM – Empreitada CP 02/14 – Reformulação do sistema de drenagem e tratamento do Faralhão e Pontes – 2.ª fase, Sistema de Pontes - Libertação da garantia**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 92 e 93.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



**26. Deliberação n.º 882/2023 – Proposta n.º 115/2023 – DCDJ/DICUL – Comemorações dos Centenários de Joana Luísa e Sebastião da Gama. Associação Sebastião da Gama – Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 94 e 95.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que a comissão organizadora das comemorações tinham-se empenhado para proporcionar um programa abrangente e significativo, não só no território de Azeitão, mas também, na cidade de Setúbal, nomeadamente conferências que aconteceram, quer no Forte de Albarquel, quer também no Convento de Jesus. Teve uma expressão muito significativa porque era o tema da Feira de Sant'Iago, quer no pavilhão central, quer também pela própria associação num dos espaços que a associação tinha na própria feira, portanto, foi um motivo muito interessante onde foi possível ver documentos pessoais de Sebastião da Gama.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 883/2023 – Proposta n.º 116/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 96.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 884/2023 – Proposta n.º 118/2023 – DCDJ/DIMEF – Isenção de taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – Auditório, sala de formação e sala de reuniões – 2.º trimestre de 2023**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 97.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 885/2023 – Proposta n.º 119/2023 – DCDJ/DISOC – Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal - Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 98 a 100.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse ser uma matéria que também já tinham abordado na última reunião da Câmara, era uma Associação que atualmente, mais do que nunca, cumpria um papel fundamental na sensibilização para a dádiva de sangue.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.



**30. Deliberação n.º 886/2023 – Proposta n.º 228/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações de moradia, de garagem, de muro de vedação e construção de piscina - Processo n.º 103/82**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 101.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que ia fazer a proposta do costume relativamente às propostas da Sra. Vereadora Rita Carvalho, que iam do ponto 30 ao ponto 47 da ordem de trabalhos. O sentido de voto seria igual em todas as propostas, fez a sugestão de as votarem em conjunto.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que não tinha nada a opor.

**Sr. Vereador Vítor Ferreira** – Disse que acompanhavam aquela proposta.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 886/2023 a 903/2023 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**31. Deliberação n.º 887/2023 – Proposta n.º 229/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura de legalização e licenciamento de 3 frações e alteração de fachada - Processo n.º 190/21**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 102, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**32. Deliberação n.º 888/2023 – Proposta n.º 230/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de projeto de arquitetura de moradia, anexo e muro de vedação, com demolição de construção existente - Processo n.º 58/23**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 103, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**33. Deliberação n.º 889/2023 – Proposta n.º 231/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura e renovação de licença de obras de construção de edificação - Processo n.º 271/06**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 104, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**34. Deliberação n.º 890/2023 – Proposta n.º 232/2023 – DURB/DIGU – Obras de construção de oito moradias geminadas e piscinas - Processo n.º 439/22**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 105, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**35. Deliberação n.º 891/2023 – Proposta n.º 233/2023 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia para vinculação de parâmetros urbanísticos - Processo n.º 6/23**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 106, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**36. Deliberação n.º 892/2023 – Proposta n.º 234/2023 – DURB/DIGU – Pedido de informação prévia para vinculação de parâmetros urbanísticos - Processo n.º 35/23**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 107, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**37. Deliberação n.º 893/2023 – Proposta n.º 235/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de PIP para operação de loteamento - Processo n.º 30/22**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 108, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**38. Deliberação n.º 894/2023 – Proposta n.º 236/2023 – DURB/DIGU – Operação de loteamento com vista à reconversão urbanística da AUGI n.º 7 - Processo n.º 7/21**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 109, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**39. Deliberação n.º 895/2023 – Proposta n.º 237/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de operação de loteamento - Processo n.º 1111/21**

A proposta, conforme documentos anexos registados sob o n.º 110, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**40. Deliberação n.º 896/2023 – Proposta n.º 238/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização - Processo n.º 26/22**

A proposta, conforme documento anexo registado sob os n.ºs 111 a 114, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).



**41. Deliberação n.º 897/2023 – Proposta n.º 239/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura – Obras de alteração - Processo n.º 110/23**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 115, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**42. Deliberação n.º 898/2023 – Proposta n.º 240/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações - Processo n.º 103/22**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 116, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**43. Deliberação n.º 899/2023 – Proposta n.º 241/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura de alterações - Processo n.º 269/19**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 117, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**44. Deliberação n.º 900/2023 – Proposta n.º 242/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação condicionada de projeto de arquitetura – Obras de demolição, alteração e ampliação de um edifício destinado a comércio/serviços e habitação - Processo n.º 127/22**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 118, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**45. Deliberação n.º 901/2023 – Proposta n.º 243/2023 – DURB/GAPRU – Informação prévia favorável condicionada sobre viabilidade de demolição do existente e construção de um edifício destinado a estabelecimento hoteleiro - Processo n.º 49/21**

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 119, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**46. Deliberação n.º 902/2023 – Proposta n.º 244/2023 – DURB/DIMOT – Implementação de trânsito proibido a viaturas de peso superior a 3,5 toneladas, na Rua Major Magalhães Mexia, exceto RSU**

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 120 e 121, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).



**47. Deliberação n.º 903/2023 – Proposta n.º 245/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 13/22**

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 122 e 123, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 30).

**48. Deliberação n.º 904/2023 – Proposta n.º 02/2023 – GAVPSD – Gestão da Mobilidade em Setúbal - RETIRADA**

A Sr. Vereadora Sónia Martins apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 124.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que gostaria de fazer algumas considerações e questões relativamente àquela proposta.

Em 1.º lugar, reconheceu e valorizou os pressupostos que estavam expressos na proposta, nomeadamente nas questões relativas à problemática da mobilidade nos centros urbanos e o reconhecimento que a gestão do estacionamento automóvel, tarifado ou não, necessitava ele próprio de ser regulado, e que era apenas uma das matérias daquela problemática que a proposta expunha nos seus considerandos, à qual, obviamente, se associavam muitos outros, como o transporte público, a rede ciclável, a mobilidade ativa, a rede pedonal, os circuitos curtos, inúmeras áreas de atuação que os municípios, e não só, têm a competência e a obrigatoriedade de reforçar e melhorar.

Também, a própria proposta fazia referência às necessárias medidas municipais, no que se referia à gestão da mobilidade, com inevitáveis consequências na qualidade urbana, e na qualidade do ambiente urbano, e o impacto considerável no cumprimento das metas ambientais que Portugal assumiu junto da União Europeia. Como todos sabiam, o tráfego automóvel era atualmente o grande responsável pela emissão de gases com efeitos de estufa, e sobre essas matérias era necessária uma verdadeira e séria atuação municipal, mas não só.

Sobre as propostas propriamente ditas relativamente ao que era identificado no ponto 1, que se referia à concretização num prazo de 30 dias das bolsas de estacionamento exclusivo para residentes, lembrou que em maio de 2022, através da deliberação 1819 já tinham sido deliberadas criar 3 bolsas exclusivas para residentes, num total de 94 lugares, e sobre o ponto 2 - e essa era a grande questão que tinha sobre aquela proposta -, na sua opinião, e não teve tempo de fazer essa verificação, levantavam-se questões jurídicas, relativamente às competências das diferentes autarquias, no caso em concreto da Junta de Freguesia da Câmara Municipal.

No fundo, o que aquela proposta apresentava era um parecer vinculativo a ser emitido pela Junta de Freguesia, e tinha dúvidas naquilo que eram as competências das juntas, e até as suas condições técnicas, se a Câmara se podia submeter a um parecer vinculativo emitido pela Junta de Freguesia.

Solicitou, de alguma forma, o esclarecimento ou, em última análise, até era essa a proposta que trouxe para aquela reunião, que fosse retirada, para terem mais certeza jurídica sobre aquilo que era proposto no ponto 2.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que os considerandos sobre o preâmbulo da proposta já tinham sido devidamente tecidos pela senhora Vereadora Rita Carvalho, e, portanto, ia focar a sua intervenção naquilo que eram as propostas de deliberação. Naquilo que eram as propostas de deliberação acompanhavam a necessidade de serem criadas bolsas de estacionamento reservadas para residentes, aliás, quando o regulamento atual esteve em consulta pública, e na discussão que foi feita, ali também reunião de Câmara, uma das propostas apresentadas pelo Partido Socialista foi precisamente no sentido de garantir bolsas

de estacionamento nas zonas para onde o estacionamento tarifado se expandisse, bolsas de estacionamento reservadas para residentes, porque o facto de um residente ter um dístico, só lhe garantia que se encontrasse lugar para o carro não precisava de colocar uma moeda no parquímetro, não lhe garantia, de todo, um lugar de estacionamento.

As bolsas de estacionamento eram fundamentais quando falaram de uma concessão e de um regulamento que previa a extensão e o alargamento da zona de estacionamento tarifado à superfície para bairros residenciais. Portanto, era uma questão que já defendiam desde o momento em que essas propostas foram inicialmente apresentadas, em que o atual regulamento tinha sido discutido.

No que respeitava ao ponto 2, não podiam acompanhar, mas ainda compreendiam a alínea a), apesar dessa alínea ter por base um mecanismo que constava do anterior regulamento. Mecanismo esse que tinha sido criado numa altura em que a zona de estacionamento tarifado estava perfeitamente consolidada e, portanto, aquilo que previa era que em caso dos moradores, de uma terminada rua, sentissem pressão ou estacionamento irregular na sua rua, poderem solicitar o alargamento do estacionamento tarifado para a sua rua. Nas circunstâncias atuais não era preciso pedir, porque o estacionamento havia de lá chegar.

Quando tinham uma concessão feita por 40 anos, que previa aumentar em mais de 500% o número lugares tarifados à superfície, o estacionamento havia de lá chegar. Mas até percebiam o conceito de dar aos cidadãos o poder de pedir para a sua rua ser tarifada, não de pedir que a sua não fosse tarifada. Percebiam e até poderiam acompanhar.

As restantes alíneas, não faziam muito sentido. Não faziam muito sentido porque em 1.º lugar, passavam para as juntas de freguesia o ónus de decidir, de aprovar a tarifação de uma terminada rua ou de uma determinada zona, depois porque lhes passava apenas o ónus de aceitar, ou de fazer uma proposta de alteração, não permitia de acordo com aquilo que era proposto, uma recusa liminar daquilo que era a proposta apresentada pela Câmara Municipal e, portanto, a Junta de Freguesia de acordo com aquela proposta, que o PSD ali trazia, ficaria sempre com o ónus de validar aquilo que era a tomada de decisão e, portanto, branquear, se o quisessem entender dessa forma, a tomada de decisão da expansão do estacionamento tarifado.

O estacionamento tarifado deixaria de se expandir por proposta da Câmara, expandir-se-ia porque a Junta de Freguesia emitia um parecer que era vinculativo.

A questão da consulta pública, do período de consulta pública a definir pela Junta de Freguesia era algo que tinham dificuldade em perceber, porque a Junta podia definir um período de consulta pública de 10 meses, 10 dias ou 10 minutos, e não tinham ali vertido, ao permitir esse alargamento tão significativo, ou permitir essa possibilidade, não tinham ali nada que lhes garantisse que efetivamente a consulta pública era feita num período justo, ouvindo toda a população.

Também nada lhes garantia, conforme o que ali estava, que o parecer era um parecer da Assembleia de Freguesia, porque poderia eventualmente ser um parecer apenas do executivo, passavam para a Junta, não para a Assembleia de Freguesia e, portanto, aquilo mereceria, talvez, um melhor esclarecimento.

Finalmente, a questão, na verdade, reforçando aquilo que era a questão da impossibilidade da Junta de Freguesia, de acordo com aquela proposta, de tendo de emitir um parecer vinculativo, só o poder emitir sendo esse parecer favorável, ou seja, nunca poderia dizer que naquela rua consideravam que não era adequado e, portanto, o seu parecer vinculativo era negativo, face à proposta do Município. Portanto, aquelas 3 alíneas do ponto 2 do conteúdo deliberativo, as alíneas b), c) e d), serviriam apenas para branquear aquilo que era a decisão do Município que decorria do regulamento que estava em vigor e que decorria, também, do contrato de concessão que tinha sido assinado.

Mas consideravam ser relevante que o presente regulamento fosse revisto.

Entendiam que não fosse revisto de forma casuística, devia ser revisto de uma forma aprofundada, em conjunto, acolhendo propostas e contributos de todas as bancadas daquela Câmara Municipal, de todas as forças políticas ali representadas e devia ser revisto no

sentido de garantir, por exemplo, a gratuitidade do estacionamento a viaturas de entidades públicas, o que naquele momento não estava previsto.

Devia ser revisto no sentido de garantir a atribuição, que era a atribuição de lugares reservados pelo Município, não representava um encargo para o Município e que podia ser compensada pela criação de lugares equivalentes sujeitos a tarifação, naquele momento, sempre que o Município pretendia atribuir lugares de estacionamento reservados, a entidades que não fossem empresas, era onerado com 1850 euros por mês por cada lugar, ainda recentemente, nos últimos 2 meses, aprovaram ali 2 propostas nesse sentido.

Havia zonas que eram tarifadas ou que estavam em vias de serem tarifadas onde já existiam lugares reservados, como era o caso do Bairro Salgado, onde estavam reservados lugares para o ACT, que era uma entidade pública, pensava serem 3 lugares reservados, não fazia sentido o Município ser onerado por aqueles lugares, quando eles já estavam atribuídos, ou querendo atribuí-los, numa circunstância em que os lugares de estacionamento eram expandidos, quando existia a possibilidade de compensar a perda de receita do concessionário por aqueles 2 lugares, com a criação de 2 lugares adicionais, numa rua limítrofe, eventualmente, mas também entendiam que era necessário rever o regulamento no sentido de criar condições para que existisse um dístico para quem tendo uma residência em Setúbal, não tivesse em Setúbal a sua morada fiscal.

No corrente ano já tinham tido ali uma munícipe que residia no Montalvão, mas tinha a sua morada fiscal algures no Alentejo, e, portanto, em face dessa circunstância não tinha a possibilidade de ter um dístico de residente. Isso era algo que também deviam mudar no regulamento, mas também limitar a expansão estacionamento tarifado aos bairros residenciais. Essa era talvez a questão mais relevante.

Era fundamental que a revisão do regulamento fosse no sentido de prever uma limitação da expansão de estacionamento tarifado aos bairros residenciais. Não era isso que estava atualmente previsto, tinham prevista uma mancha significativa, sabendo que depois a mancha era ocupada parcialmente, que era uma certa capilaridade naquela expansão, mas ainda assim, era fundamental garantir numa revisão aprofundada do regulamento, que o estacionamento tarifado não se expandisse aos bairros residenciais, porque os bairros residenciais por definição não eram bairros que necessitassem de rotatividade no estacionamento, eram bairros onde era necessário garantir que os seus residentes tivessem locais de estacionamento, e essa garantia que era atribuída pela criação de bolsas, podia ser feita não apenas nas zonas que já eram atualmente tarifadas, mas também em zonas que não fossem tarifadas, onde pudesse existir pressão de estacionamento, garantindo que os residentes pudessem ter, com dístico, também gratuito, após ser verificada essa circunstância de serem residentes num determinado bairro, ou numa determinada rua, pudessem ter garantido também numa determinada bolsa de estacionamento o lugar para a sua viatura. Isso era aquilo que era necessário fazer.

Portanto, estavam inteiramente disponíveis...

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que não queria interromper, mas quando lhe deu a palavra achou que o senhor Vereador se ia pronunciar relativamente à questão da retirada da proposta, e pensava deverem pensar nesse assunto, porque caso fosse retirada teriam outra oportunidade para poderem fazer aquela discussão. Caso a proponente decidisse que não queria retirar a proposta, teriam o espaço para a discussão.

Talvez se tivesse expressado mal, mas como a Vereadora fez a proposta da retirada pensou que os vereadores se iam pronunciar à cerca da retirada da proposta.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que ia concluir.

Entendiam que era necessário aprofundar aquela questão da revisão do regulamento, e para aprofundarem, naturalmente, não o podiam fazer aprovando alterações casuísticas como aquela que ali lhes era trazida.

A proposta deles seria no sentido de ser retirado o ponto 2 do conteúdo deliberativo. Estavam disponíveis, como já tinha dito, até porque foi uma proposta deles, desde o momento em que



aquele regulamento começou a ser discutido, estavam disponíveis para acompanhar o ponto 1, mas o ponto 2 era algo que não fazia sentido.

Pese embora o trabalho que lhes tinha sido apresentado pelos vereadores do PSD, as propostas que ali lhes foram apresentadas, achavam que poderia ser interessante que tivesse sido vertido, também, nos considerandos o facto de naquele momento terem um concessionário que estava em incumprimento contratual, incumprimento esse que era um incumprimento consentido, por não cumprir com aquilo que era o anexo 9, e, a intervenção que deveria ter sido feita ao abrigo do anexo 9, já sabiam que o anexo 9 estaria em renegociação, mas isso durava há meio mandato, durava desde o momento em que se tinha iniciado o contrato de concessão que tinha sido feito conforme as regras que tinham sido definidas por um executivo cuja composição era em tudo muito semelhante à composição do executivo atual.

E, também, gostariam de ver ali vertida uma apreciação sobre aquilo que era o incumprimento contratual no que respeitava à inexistência de obra para o estacionamento subterrâneo na Avenida Luísa Todi, obra essa que já deveria estar concluída ou quase concluída e, portanto, sobre isso, não ouviram ainda aos vereadores do PSD uma palavra e, consideravam que seria relevante.

Estavam disponíveis para acompanhar o ponto 1, o ponto 2 não acompanhavam, entendiam que deveria ser retirado, e que devia ser discutido de uma forma mais abrangente aquilo que era a revisão ao regulamento.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que relativamente àquilo que eram os considerandos das propostas deles, esses eram eles que decidiam quais eram.

Relativamente à proposta da Vereadora Rita Carvalho acompanhavam. Retiravam a proposta para poder haver essa análise jurídica, relativamente à questão da emissão de parecer das juntas de freguesia, e agendariam *a posteriori*, após a análise jurídica da mesma.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que se bem tinha entendido a senhora Vereadora Rita Carvalho ia solicitar parecer jurídico.

Referiu, então, que a proposta era retirada pela bancada do PSD e ia ser solicitado parecer jurídico relativamente à questão do parecer das juntas de freguesia.

### **C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Ismael** – Disse que se sentia honrado por usar a tribuna da Câmara Municipal de Setúbal para homenagear Júlio Dantas que nasceu em Lagos, sul de Portugal. Júlio Dantas, médico, político, diplomata, professor e escritor. Júlio Dantas era considerado um dos maiores intelectuais portugueses do século XX.

No Brasil falavam a língua portuguesa, mas com um sotaque totalmente diferente, tinham um português do norte do Brasil e um português do Sul.

Leccionava Literatura Portuguesa no Brasil há mais de 20 anos, e considerava-se um setubalense, porque nasceu em Setúbal o seu segundo neto, que se chamava Vinício Dantas Machado, portanto, mais uma vez se sentia honrado. A pauta não era essa, mas defendia o meio ambiente e o meio ambiente era importante, já tinha notado naquela cidade que era realmente uma cidade sustentável. Tinha uma sugestão para aquela Câmara Municipal, que as árvores deveriam ser identificadas, e, no Brasil, isso era raro.

**Sra. Vice-Presidente** – Agradeceu ao Sr. Ismael por participar naquela reunião de Câmara e acolhiam o seu contributo.

Disse que algumas das árvores estavam identificadas, nomeadamente aquelas que tinham interesse municipal.

Na União das Freguesias, inclusivamente, existia um roteiro de árvores classificadas.



Efetivamente, gostariam de as ter todas porque no concelho, felizmente, tinham mais de 26 mil árvores só nos arruamentos, não falavam da riqueza que tinham na nossa Serra e nos outros territórios periurbanos, mas em meio urbano tinham uma riqueza de 26 mil árvores e seria ótimo poderem identificá-las todas.

Ficava a sugestão, e ficava também o registo em ata da sua homenagem ao escritor Júlio Dantas.

**Sra. Ana Emília** – Disse que ia apresentar um caso que já tinha apresentado ao senhor Presidente da Câmara.

Tinha uma propriedade na Escadinhas das Barrocas e em maio houve na Rua da Câmara, no n.º 26, um grande incêndio. Pediu ao senhor Presidente da Câmara que fosse ver aquela desgraça, o senhor Presidente disse que não podia, mas aquilo era um caso de vida ou de morte e, o senhor Presidente disse que ia mandar a Proteção Civil. A Proteção Civil foi à sua casa e viu aquela grande desgraça.

Na Rua da Câmara, no n.º 26, a casa estava devoluta e o telhado da casa batia quase na sua janela, o fumo ia todo para a sua janela, para dentro a sua casa, e os inquilinos tinham de sair de casa.

A Proteção Civil fez um processo e mandou para a fiscalização, entretanto, foi à fiscalização para falar com o fiscal, e, disseram-lhe que já falaram com o proprietário da casa. Ao fim de umas semanas, foi novamente à fiscalização, e, disse que aquilo era um caso urgente, podia morrer gente, e, tinha as suas casas em perigo. Foi-lhe dito que já estava quase resolvido, já tinham falado com o senhor, estava quase resolvido. Ao fim de umas semanas o assunto continuava por resolver, decidiu ir à Conservatória do Registo Predial, e pediu uma certidão referente àquela propriedade, e ficou a saber que aquela propriedade não tinha dono.

Não sabia o que se passava, se andavam a arranjar dono àquela propriedade, não lhe interessava, queria aquele problema resolvido.

Fez uma reclamação no livro a contar tudo o que se passava. Como não obtinha resposta, foi perguntar sobre aquele caso ao Gabinete de Participação Cidadã e disseram-lhe que tinha de ir à Fiscalização. Voltou à Fiscalização no dia anterior e, o assunto continuava sem estar resolvido, continuava sem solução.

Havia 3 casas devolutas, por cima das suas casas, e no passado dia 21, houve novamente um grande incêndio, ao lado da sua casa.

Pediu para a acudirem, era viúva, tinha uma reforma pequena, tinha as suas casinhas todas arranjadas, tinha os seus inquilinos, mas tudo como devia ser. Eles podiam morrer ali e podia ficar sem as suas casas.

Pediu auxílio, aquilo era um caso grave. Pediu para aquele caso ser atendido o mais rápido possível.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que no dia seguinte os serviços da senhora Vereadora Rita, que tinha a Fiscalização e Urbanismo, iam contactar com a senhora Ana Emília para marcar uma reunião e dizerem exatamente qual era o ponto de situação.

Naquele momento, não tinha o ponto de situação, nem a senhora Vereadora.

A Sra. Vice-Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e cinquenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

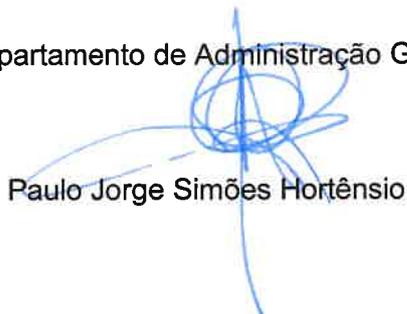
A Vice-Presidente da Câmara,



Carla Alexandra Potrica Guerreiro

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 22 de novembro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 44 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Vice-Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:  
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio